



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**  
**Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no**  
**Estado do Rio Grande Norte – SFA/RN**

# **RELATÓRIO DE GESTÃO**

# **DO EXERCÍCIO DE 2013**

**NATAL/RN, MARÇO 2014**

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E  
ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

**RELATÓRIO DE GESTÃO  
DO EXERCÍCIO DE 2013**

**Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 127/2013, Decisão Normativa TCU nº 132/2013, Portaria-TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013**

**Natal/RN, 2014**

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO .....	12
PARTE A – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO .....	13
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO .....	13
1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada .....	13
1.2 Finalidade e competências institucionais da Unidade Jurisdicionada .....	13
1.3 Organograma funcional .....	14
1.4 Macroprocessos Finalísticos .....	15
1.5 Macroprocessos de Apoio.....	15
1.5.1 – Macroprocesso de Governança .....	16
1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna.....	16
1.6. Principais Parceiros .....	16
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	17
2.1 Planejamento da Unidade .....	17
2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	17
2.2.1. Programa Temático .....	18
2.2.2 Objetivo .....	18
2.2.3 Ações .....	18
2.2.3.1 Ações – OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).....	18
Divisão de Defesa Agropecuária – DDA .....	18
Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal - SIFISV.....	20
Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA .....	28
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuária – DPDAG .....	36
2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS .....	40
2.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processador OFSS .....	40
2.2.3.4 Ações no Orçamento de Investimento .....	40
2.3 Informações sobre outros resultados da gestão .....	40
3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	41
3.1 Estrutura de Governança .....	41
3.2 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da Unidade Jurisdicionada.....	41
3.3 Informações sobre a remuneração paga aos administradores e membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal .....	42
3.4 Sistema de Correição .....	42
3.5 Cumprimento, pela instância de correição, da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da CGU .....	43
3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos .....	43
4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	44
4.1 Execução das Despesas.....	44

4.1.1	Programação .....	44
4.1.2	Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	45
4.1.3	Realização de Despesa .....	46
4.1.3.1	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos originários – Total	46
4.1.3.2	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ .....	46
4.1.3.3	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ .....	46
4.1.3.4	Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados diretamente pela UJ .....	47
4.1.3.5	Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Crédito de Movimentação..	48
4.1.3.6	Despesas Totais por Grupo e Elementos de Despesa – Crédito de Movimentação .....	48
4.1.3.7	Análise crítica da realização da despesa .....	49
4.2	Reconhecimento de Passivos por insuficiência de Crédito ou Recursos .....	49
4.3	Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores.....	49
4.3.1	Análise Crítica .....	49
4.4	Transferências de Recursos .....	50
4.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício .....	50
4.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios .....	53
4.4.3	Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse .....	53
4.4.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse .....	54
4.4.5	Análise crítica .....	54
4.5	Suprimento de Fundos .....	55
4.5.1	Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo .....	55
4.5.2	Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B” .....	55
4.5.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	55
4.5.4	Prestação de Contas de Suprimento de Fundos .....	56
4.5.5	Análise crítica .....	56
4.6	Renúncia sob a Gestão da UJ .....	57
4.7	Gestão de Precatórios .....	57
5.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	58
5.1	Estrutura de pessoal da Unidade.....	58
5.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada .....	58
5.1.1.1	Lotação .....	58
5.1.1.2	Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada.....	58
5.1.2	Qualificação da Força de Trabalho .....	59
5.1.2.1	Estrutura de Cargos e Funções .....	59

5.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada por Faixa Etária	60
5.1.2.3	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade .....	60
5.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	60
5.1.4	Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas .....	62
5.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria .....	62
5.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada .....	62
5.1.5	Cadastramento no SISAC .....	62
5.1.5.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC .....	62
5.1.5.2	Atos Sujeitos à comunicação ao TCU .....	63
5.1.5.3	Regularidade do cadastro dos atos no Sisac .....	63
5.1.5.4	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico .....	63
5.1.6	Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	63
5.1.7	Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos .....	63
5.1.8	Indicadores Gerecniais sobre Recursos Humanos .....	63
5.2	Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários .....	64
5.2.1	Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão .....	64
5.2.2	Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados .....	64
5.2.3	Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada .....	65
5.2.4	Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão .....	66
5.2.5	Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4.....	67
5.2.6	Composição do Quadro de Estagiários .....	67
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	68
6.1	Gestão da frota de veículos próprios e contratados a terceiros.....	68
	Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada.....	68
6.2	Gestão do patrimônio imobiliário .....	70
6.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial .....	71
6.2.2	Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ, exceto imóveis funcionais .....	72
6.2.3	Discriminação dos imóveis Funcionais da União sob a Responsabilidade da UJ ....	72
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO ...	73
7.1	Gestão da tecnologia da informação (TI) .....	73
7.1.1	Análise Crítica.....	77
8.	GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	76
8.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	76
8.2	Consumo de papel, energia elétrica e água.....	77

9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS..	79
9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU .....	79
9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	79
9.1.2 Deliberação do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício .....	80
9.2 Tratamento de Recomendações do OCI .....	80
9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício.....	80
9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício .....	83
9.3 Informações sobre a atuação da Auditoria Interna .....	84
9.4 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993...	85
9.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	85
9.4.2 Situação do cumprimento das obrigações .....	85
9.5 Medidas adotadas em caso de dano ao erário .....	85
9.6 Alimentação ao SIASG e SICONV .....	85
10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	86
10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão .....	86
10.2 Mecanismo para medir a satisfação do cidadão .....	87
10.3 Demonstração de Resultados das Pesquisas de Opiniões .....	87
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	88
11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público .....	88
11.2 Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada .....	88
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO .....	89
12.1 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício. ....	89
PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO .....	90

**LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

<b>ABREVIATURA/ SIGLA</b>	<b>NOME/TÍTULO</b>
<b>AGE</b>	Assessoria de Gestão Estratégica
<b>AGU</b>	Advocacia Geral da União
<b>AIE</b>	Anemia Infecciosa Equina
<b>ANCOC</b>	Associação Norte-rio-grandense de Criadores de Ovinos e Caprinos
<b>ANORC</b>	Associação Norte-rio-grandense de Criadores
<b>ANQM</b>	Associação Norte-rio-grandense de Cavalo Quarto de Milha
<b>ANVISA</b>	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
<b>APHIS</b>	Animal and Plant Health Inspection Service
<b>APROFAM</b>	Associação dos Produtores e Produtoras da Feira Agroecológica de Mossoró
<b>Art.</b>	Artigo
<b>BPF</b>	Boa Prática de Fabricação
<b>CFO</b>	Certificação Fitossanitária na Origem
<b>CGPAD</b>	Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares
<b>CGTI</b>	Coordenação Geral de Tecnologia da Informação
<b>CGU</b>	Controladoria Geral da União
<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Pesquisa
<b>COEX/RN</b>	Comitê Executivo de Fitossanidade no Rio Grande do Norte
<b>CODERN</b>	Companhia Docas do Rio Grande do Norte
<b>COSAVE</b>	Comitê de Sanidade Animal e Vegetal do Cone Sul
<b>CPGF</b>	Cartão de Pagamento do Governo Federal
<b>DDA</b>	Divisão de Defesa Agropecuária
<b>DIPOA</b>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal
<b>DIPOV</b>	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal
<b>DN</b>	Decisão Normativa
<b>DPDAG</b>	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário
<b>DAS</b>	Departamento de Saúde Animal
<b>EMATER</b>	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte
<b>FAERN</b>	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
<b>FFA</b>	Fiscal Federal Agropecuário
<b>GAB</b>	Gabinete do Superintendente
<b>GESPÚBLICA</b>	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
<b>GTA</b>	Guia de Trânsito Animal
<b>IDIARN</b>	Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte
<b>IFERN</b>	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
<b>IG</b>	Indicação Geográfica
<b>IN</b>	Instrução Normativa
<b>INFRAERO</b>	Empresa de Infraestrutura Aeroportuária
<b>INMETRO</b>	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
<b>INPI</b>	Instituto Nacional de Propriedade Intelectual
<b>LOA</b>	Lei Orçamentária Anual
<b>MANUT</b>	Manutenção dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas do MAPA
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>NAJ</b>	Núcleo de Assessoramento Jurídico
<b>OCS</b>	Organismo de Controle Social da Conformidade Orgânica

<b>ABREVIATURA/ SIGLA</b>	<b>NOME/TÍTULO</b>
<b>PLOA</b>	Projeto de Lei Orçamentária Anual
<b>PNCEBT</b>	Programa de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal
<b>PNCRC</b>	Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
<b>PNEFA</b>	Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa
<b>POA</b>	Plano Operativo Anual
<b>PNSE</b>	Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos
<b>Port.</b>	Portaria
<b>PPA</b>	Plano Plurianual de Ação
<b>PROVERH</b>	Programa de Valorização e Estímulo dos Recursos Humanos
<b>PSC</b>	Peste Suína Clássica
<b>DAS</b>	Reunião de Avaliação Estratégica
<b>RENASEM</b>	Registro Nacional de Sementes e Mudanças
<b>RG</b>	Relatório de Gestão
<b>SAD</b>	Serviço de Apoio Administrativo
<b>SAG</b>	Seção de Atividades Gerais
<b>SAOD</b>	Seção de Apoio Operacional e Divulgação
<b>SAPE/RN</b>	Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca do Governo do Rio Grande do Norte
<b>SCC</b>	Setor de Compras e Contratos
<b>SCVA</b>	Sistema de Controle de Veículos Automotores
<b>DAS</b>	Secretaria de Defesa Agropecuária
<b>SDC</b>	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
<b>SEBRAE</b>	Serviço de Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEDEC</b>	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SEOF</b>	Seção de Execução Orçamentária e Financeira
<b>SePA</b>	Seção de Planejamento e Acompanhamento
<b>SFA/RN</b>	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte
<b>SGI</b>	Sistema de Gestão Integrada
<b>SGP</b>	Seção de Gestão de Pessoas
<b>SICASQ</b>	Sistema de Cadastro dos Agentes da Cadeia Produtiva de Vegetais e seus Produtos
<b>SIAFI</b>	Sistema de Administração Financeira
<b>SICONV</b>	Sistema de Convênios
<b>SIF</b>	Serviço de Inspeção Federal
<b>SIFISV</b>	Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal
<b>SIFISA</b>	Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal
<b>SIORG</b>	Sistema de Informação Organizacional
<b>SIPLAN</b>	Sistema Integrado de Planejamento
<b>SISAC</b>	Sistema de Controle de Ações de Comunicação
<b>SPIUNET</b>	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
<b>SMP</b>	Setor de Material e Patrimônio
<b>SNSM</b>	Sistema Nacional de Sementes e Mudanças
<b>SPOA</b>	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
<b>SPR</b>	Setor de Protocolo
<b>STR</b>	Setor de Transporte
<b>SUASA</b>	Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária
<b>TCU</b>	Tribunal de Contas da União

**ABREVIATURA/  
SIGLA**

**NOME/TÍTULO**

<b>UJ</b>	Unidade Jurisdicionada
<b>ULSAV</b>	Unidades Locais de Sanidade Agrícola e Vegetal
<b>USDA</b>	United States Department of Agriculture
<b>UVAGRO</b>	Unidade de Vigilância Agropecuária
<b>VIGIAGRO</b>	Serviço de Vigilância Agropecuária Internacional

**LISTA DE QUADROS, TABELAS, FIGURAS, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.**

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual .....	13
Figura 1 – Organograma da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte .....	14
Figura 2 – Macroprocesso Finalístico .....	15
Quadro A.2.2.3.1.1 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000K - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário seus produtos e insumos .....	18
Quadro A.2.2.3.1.2 - Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 0006: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais .....	20
Quadro A.2.2.3.1.3 - Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000B - Fiscalização de Sementes e Mudas .....	21
Quadro A.2.2.3.1.4 - Ações 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - Plano Orçamentário: 000J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos.....	23
Quadro A.2.2.3.1.5 - Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000H - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal .....	24
Quadro A.2.2.3.1.6 - Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000E - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais .....	26
Quadro A.2.2.3.1.7 - Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias – Plano Orçamentário: 000A – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes .....	27
Quadro A.2.2.3.1.8 – Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário: 0009 Erradicação da Febre Aftosa.....	28
Quadro A.2.2.3.1.9 – Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário: 000F - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais .....	29
Quadro A.2.2.3.1.10 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000G - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal .....	31
Quadro A.2.2.3.1.11 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 0009 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário.....	33
Quadro A.2.2.3.1.12 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 0008 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal .....	34
Quadro A.2.2.3.1.13 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 0006 - Fiscalização de Material Genético Animal .....	35
Quadro A.2.2.3.1.14 – Ação 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC – Plano Orçamentário: 0001 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono .....	36
Quadro A.2.2.3.1.15 – Ação 8606 – Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico – Plano Orçamentário: 0001 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.....	37
Quadro A.2.2.3.1.16 – Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário – Plano Orçamentário: 000A – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.....	38
Quadro A.2.2.3.1.17 – Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário – Plano Orçamentário: 0001 – Fiscalização de Serviços Agrícola .....	39

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	41
Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa .....	45
Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa .....	46
Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ .....	46
Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ .....	47
Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores (Valores em R\$ 1,00).....	49
Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência .....	50
Quadro A.4.4.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios .....	53
Quadro A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse. ....	53
Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse. ....	54
Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	55
Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	55
Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) .....	57
Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 .....	58
Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ .....	58
Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	59
Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12 ...	60
Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12 .....	60
Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	61
Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	62
Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	62
Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	62
Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	63
Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC .....	63
Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva .....	65
Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra .....	66
Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários .....	67
Quadro A.6.1.1 – Classificação de Veículos Institucionais por Categoria – Quantidade de Veículos por Quilômetros Rodados .....	68
Quadro A.6.1.2 – Idade Média da Frota por Categoria .....	69
Quadro A.6.1.3 – Custos com Combustível.....	69
Quadro A.6.1.4 – Custos com Manutenção e Serviços .....	69
Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União .....	71

Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional.....	72
Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	73
Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis .....	76
Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	77
Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício.....	79
Quadro A.9.2.1 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI.....	81
Quadro A.9.2.2 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício .....	83
Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de Entregar a DBR .....	85
Quadro A.11.2.1 - Declaração Plena - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	88
ANEXO I.....	90
ANEXO II .....	91
ANEXO III.....	92
ANEXO IV .....	93

## **INTRODUÇÃO**

*Este Relatório de Gestão do Exercício de 2013 segue as orientações do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União<sup>1</sup>, com informações e dados sobre a economicidade, a eficácia, a eficiência e a efetividade dos serviços públicos prestados pela Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte (SFA-RN), unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com o intuito de facilitar uma análise crítica pelos órgãos de controle externo do Governo Federal.*

*Seu conteúdo se compõe de uma primeira parte, com as Informações Gerais sobre a Gestão e de uma segunda parte, constituída das Informações Contábeis da Gestão. Não se aplicam à realidade da SFA/RN neste Relatório de Gestão 2013 os seguintes itens constantes na Portaria nº 175/2013 do TCU: 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3.2, 2.2.3.3, 2.2.3.4, 2.3, 3.1, 3.3, 3.6, 4.1.1, 4.1.3.1, 4.1.3.3, 5.1.8, 6.2.3, 6.3, 9.1.2, 11.1, 11.2.2, 11.3, 11.4, 11.5 e 11.6. As informações sobre os Indicadores gerenciais de recursos humanos (item 5.1.8) encontram-se consolidadas no Relatório de Gestão 2013 apresentado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ao TCU.*

*As páginas seguintes contêm informações sobre as responsabilidades institucionais da SFA/RN e o seu papel na execução das políticas públicas federais relacionadas à agricultura, pecuária e ao desenvolvimento rural do Estado do Rio Grande do Norte. Este documento relaciona as Ações do Plano Plurianual de Ação (PPA) para o período de 2012-2015, em execução pelos diversos serviços finalísticos e de apoio administrativo desta Superintendência, apresentando as suas metas físicas e orçamentárias programadas e executadas, além de informações técnicas e gerenciais.*

*Neste documento são apresentadas apenas as ações executadas por esta Superintendência que impactam nos objetivos estratégicos do Projeto “Produtos e Serviços”, na Perspectiva dos Processos Internos, ou sejam: a) garantir a inocuidade e a qualidade dos alimentos, b) desenvolver e garantir o acesso às tecnologias, c) buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio e d) estimular a agregação de valor na produção agropecuária.*

*Finalmente, registra-se a manutenção da sólida parceria entre a SFA/RN e a Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca (SAPE) do Governo do Rio Grande do Norte, através do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte (IDIARN), na estruturação do Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Saliente-se também o esforço do MAPA, através do Ministro de Estado e de sua Secretaria Executiva, para dotar a SFA/RN de uma estrutura organizacional e de um modelo de gestão pública voltado para resultados e para o atendimento ao cidadão norte-rio-grandense, iniciado anos atrás.*

Natal/RN, Março de 2014.

**WODEN COUTINHO MADRUGA JUNIOR<sup>2</sup>**  
**Superintendente Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte**

---

<sup>1</sup>Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Decisão Normativa TCU nº 127/2013, Decisão Normativa TCU nº 132/2013, Portaria-TCU nº 175/2013 e Portaria CGU nº 133/2013

<sup>2</sup>Ocupa o Cargo em Comissão de Superintendente Federal de Agricultura no RN desde o dia 02/01/2013, substituindo o ex-titular Orlando Cláudio Gadelha Simas Procópio, cuja exoneração, a pedido, ocorreu em 04/11/2014. No período de 06/11/2012 a 31/12/2013 a SFA/RN ficou sob a gestão do Superintendente-Substituto, Roberto Carlos Razera Papa.

## PARTE A – INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A GESTÃO

### 1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE CUJA GESTÃO COMPÕE O RELATÓRIO

#### 1.1. Identificação da Unidade Jurisdicionada

##### Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

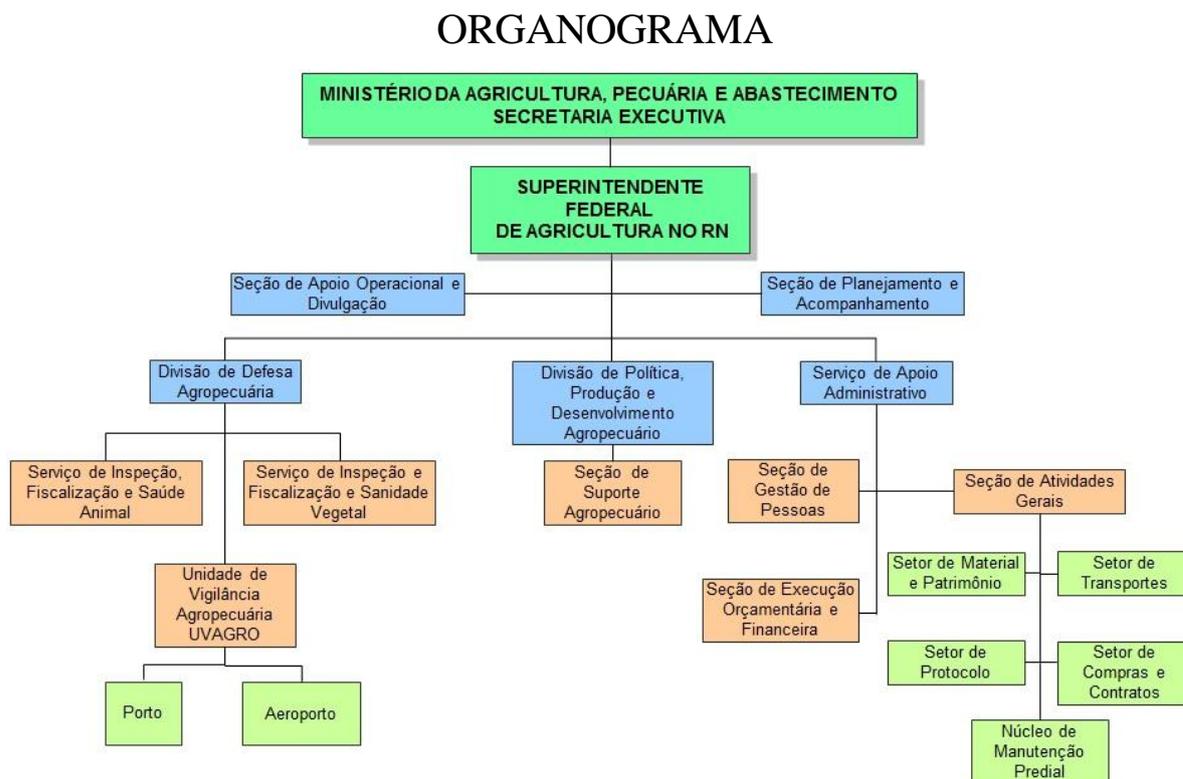
Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA			Código SIORG: 00014
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte			
Denominação Abreviada: SFA/RN			
Código SIORG: 02808		Código LOA: 22101	Código SIAFI: 130023
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Direta do Poder Executivo Federal			CNPJ: 00.398.895/0019-54
Principal Atividade: Regulamentação e Fiscalização das Questões Econômicas na Agricultura: Federal, Estadual, Municipal			Código CNAE: 8413-2/00
Telefones/Fax de contato:	(084) 4006-9675	(084) 4006-9679	Fax : (084) 4006-9650
Endereço Eletrônico: gab-rn@agricultura.gov.br			
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Engenheiro Hildebrando de Góis, 150, Edifício Fernando Costa, Ribeira, Natal/RN – CEP 59010-700			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Delegada nº 09, de 11/10/1962 publicada no DOU de 12/10/1962.			
Outras normas infra legais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
A estrutura organizacional da SFA/RN é regulamentada pela Portaria nº 428, de 09/06/2010 que criou o atual Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Legislação específica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
Não se aplica	Não se aplica		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
Não se aplica		Não se aplica	

Fonte: SePA/SFA-RN

#### 1.2 Finalidade e competências institucionais da Unidade Jurisdicionada

À Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte compete: defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias; fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura; assistência técnica e extensão rural; infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural; administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais; planejamento estratégico e planejamento operacional; programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados; qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

## 1.3 Organograma funcional



**Figura 1 – Organograma da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte**

A **Figura 1** mostra o atual organograma da SFA/RN, cuja estrutura organizacional é subordinada diretamente à Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e é constituída do Gabinete do Superintendente e de suas Seções (SAOD e SePA), das Divisões (DDA e DPDAG) e do Serviço de Apoio Administrativo (SAD), com suas Seções/ Setores/Núcleo, que compõem as unidades internas de gerência e execução operacional das atividades descritas neste documento, a níveis estratégico, tático e operacional.

A nível Estratégico estão: o Gabinete do Superintendente Federal de Agricultura, a Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e a Divisão de Política, Produção, e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e os Serviços de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA), Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV) e o Serviço de Apoio Administrativo (SAD),

A nível Tático estão: a Seção de Planejamento e Acompanhamento (SePA) e a Seção de Apoio Operacional e Divulgação (SAOD), vinculadas ao Gabinete do Superintendente; e as Seções de Gestão de Pessoas (SGP), de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF) e de Atividades Gerais (SAG), vinculadas ao Serviço de Apoio Administrativo (SAD).

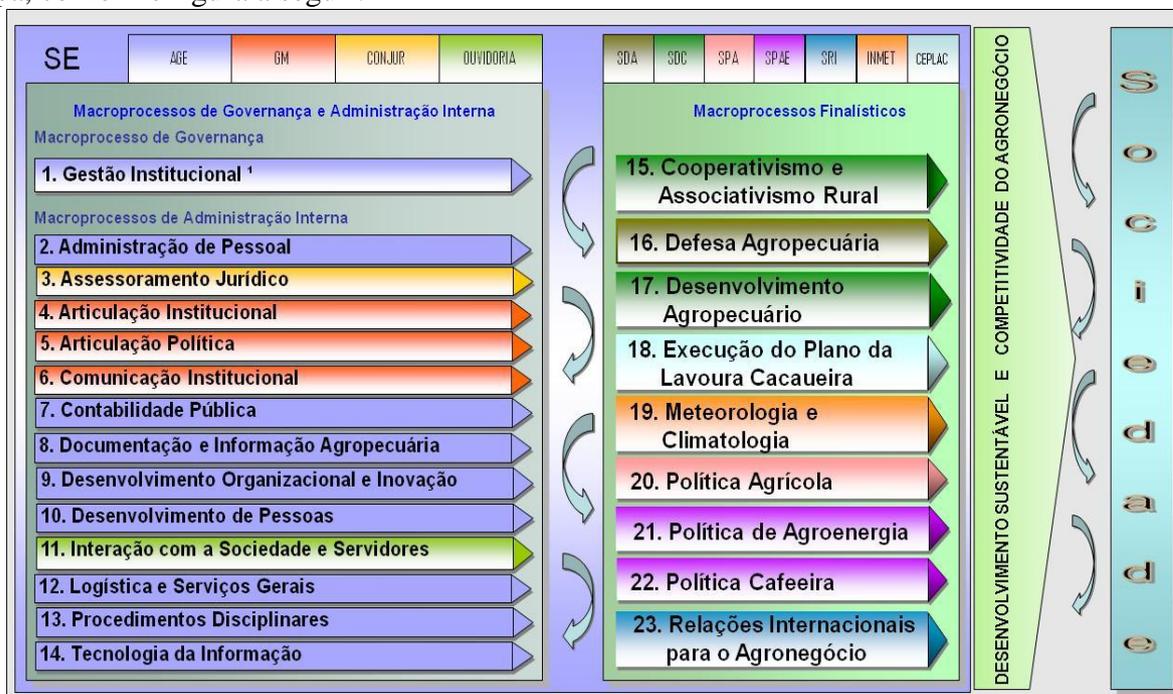
A nível Operacional estão os respectivos Setores de Protocolo (SPR), Compras e Contratos (SCC), Material e Patrimônio (SMP), Transportes (STR) e o Núcleo de Manutenção Predial (NMP), todos vinculados ao Serviço de Apoio Administrativo.

As principais atividades finalísticas da SFA/RN são executadas pelos Serviços de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal (SIFISA) e de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal (SIFISV) da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG). As Unidades de Vigilância Internacional Agropecuária (UVAGRO), localizadas no Porto de Natal e no Aeroporto Internacional Augusto Severo, na cidade de Parnamirim, são subordinadas

diretamente à Chefia da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e também estão incluídas neste nível da estrutura organizacional.

### 1.4 Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos estão descritos na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, conforme figura a seguir.



**Figura 2 – Macroprocesso Finalístico**

(1) Gestão Institucional - Planejamento Estratégico, Planejamento Setorial, Orçamento e Finanças e Execução Orçamentária e Financeira.

Legenda:	
SE – Secretaria-Executiva	SPA – Secretaria de Política Agrícola
AGE – Assessoria de Gestão Estratégica	SPAE – Secretaria de Produção e Agroenergia
GM – Gabinete do Ministro	SRI – Secretaria de Relações Internacionais do Agronegócio
CONJUR – Consultoria Jurídica	INMET – Instituto Nacional de Meteorologia
SDA – Secretaria de Defesa Agropecuária	CEPLAC – Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
SDC – Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo	

Como a Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa foi elaborada levando em consideração as competências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento estabelecidas no artigo 27 da Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, de organização da Presidência da República e dos Ministérios e no aspecto que se deve funcionar de forma matricial com a estrutura organizacional do Mapa, definida em conformidade com o que preconiza o Sistema de Organização do Governo Federal - SIORG, instituído pelo Decreto Nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, assim a condução dos macroprocessos se deu com o cumprimento das competências institucionais, cujos resultados/produtos estão consubstanciados no presente Relatório de Gestão na parte dos objetivos/metabolos e nos produtos das ações orçamentárias, de cada unidade responsável pelos macroprocessos.

### 1.5 – MACROPROCESSOS DE APOIO

Os macroprocessos de apoio estão registrados na Cadeia de Valor da Administração Direta do Mapa, classificados como MACROPROCESSOS DE GOVERNANÇA E ADMINISTRAÇÃO INTERNA. Sua condução segue a mesma característica informada quanto aos finalísticos, com exceção do processo de definições e registro, que levou em consideração o que, no Ministério, está sendo realizado para sua gestão e para prestar o devido suporte aos macroprocessos finalísticos.

Mote, inclusive, que inspirou a representa da Cadeia de Valor, conforme figura demonstrada no item 1.4.

### **1.5.1 – Macroprocesso de Governança**

- Gestão Institucional

### **1.5.2 – Macroprocesso de Administração Interna**

- Administração de Pessoal
- Assessoramento Jurídico
- Articulação Institucional
- Articulação Política
- Comunicação Institucional
- Contabilidade Pública
- Documentação e Informação Agropecuária
- Desenvolvimento Organizacional e Inovação
- Desenvolvimento de Pessoas
- Interação com a Sociedade e Servidores
- Logística e Serviços Gerais
- Procedimentos Disciplinares
- Tecnologia da Informação

## **1.6 Principais Parceiros**

Todas essas ações desenvolvidas pela SFA/RN são resultados de uma rede de relacionamento interinstitucional, tanto no setor público, como no setor privado, resultando em impactos positivos na política agropecuária do estado, com efeitos positivos na área produtiva e, principalmente, na área social.

Citam-se como exemplos desse esforço, a articulação desta Superintendência com a COEX/RN, na execução de ações voltadas para a Área Livre da Mosca das Frutas; na mobilização com o setor produtivo rural (ANORC, ANCOC, ANQM, FAERN/SENAR, SEBRAE e outras entidades de classe) na conquista em 2013 para a mudança do status do Rio Grande do Norte para a Área Livre de Febre Aftosa, com vacinação, sob responsabilidade do IDIARN e supervisão desta SFA/RN.

O bom relacionamento com a administração central do MAPA tem resultado em apoio a eventos e outras reuniões e seminários promovidos pelos departamentos técnicos do MAPA, e mais recentemente, a instalação de um stand institucional do Ministério da Agricultura na 51ª Exposição Estadual de Animais e Máquinas Agrícolas do Rio Grande do Norte (Festa do Boi), no Parque de Exposições Aristóphanes Fernandes, na cidade de Parnamirim/RN.

## **2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS**

### **2.1 Planejamento da Unidade**

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. O agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final, atuando na produção, processamento, transporte e comercialização dos alimentos, da defesa ao desenvolvimento agropecuário e nas políticas de capacitação e melhoramento da agricultura como um todo, inocuidade dos alimentos até o fortalecimento da economia brasileira, numa ação integrada entre os mais diversos órgãos e instituições.

A Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Norte é a unidade Administrativa descentralizada e executa atividades operacionais do sistema de defesa sanitária, inspeção e fiscalização agropecuárias e de promoção do desenvolvimento agropecuário, do cooperativismo e do associativismo rural no estado do Rio Grande do Norte.

A SFA-RN tem como missão principal garantir a qualidade dos alimentos, matérias e insumos agropecuários ofertados à sociedade, por meio de ações de educação, padronização, inspeção e fiscalização, dentro da cadeia agropecuária, na sua área de responsabilidade.

No final de 2012, com a definição dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015 sob a responsabilidade do Mapa, ocorreu uma reunião nacional com os responsáveis pelo planejamento operacional e pela gestão estratégica nas SFAs, resultando em novas orientações e na programação para 2013. Passou-se a utilizar como ferramenta de gestão no planejamento operacional o Sistema de Gestão Integrada (SGI), em substituição ao Sistema Integrado de Planejamento (SIPLAN).

O Mapa desenvolveu no biênio 2012/2013 e implantou no final de 2013, o módulo informatizado de programação do Plano Operativo Anual (POA), parte do SGI, que trata do planejamento operacional físico-orçamentário detalhado das ações e planos orçamentários de todas as Unidades do Mapa, baseado nos valores contidos no Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2014.

A partir de então, tanto as áreas finalísticas, como as de apoio administrativo da SFA/RN elaboraram o seu Plano Operativo Anual (POA) no SGI. A Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e os seus respectivos Serviços (SIFISA – área animal e SIFISV – área vegetal), a Divisão de Produção, Política e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) e o Serviço de Apoio Administrativo (SAD) submeteram seus POA's às secretarias correspondentes no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em Brasília,DF, a saber: DDA/SIFISA/SIFISV – Secretaria de Defesa Agropecuária; DPDAG – Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo; e SAD – Secretaria-Executiva.

Espera-se desenvolver o módulo de execução/monitoramento do POA ainda em 2014, para proporcionar aos gestores o acompanhamento mais efetivo do que foi programado em relação ao executado, para o exercício.

### **2.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados**

Os resultados das ações executadas pelos serviços da Divisão de Defesa Agropecuária (DDA) e Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG) são apresentados nos diversos quadros e tabelas, mencionando-se a descrição das atividades da ação, as metas programadas e

alcançadas, o desempenho operacional e os resultados alcançados, analisados criticamente, considerando os seus aspectos positivos e as suas oportunidades de melhoria.

Convém mencionar que as metas que constam neste relatório são aquelas para as quais foram descentralizados créditos orçamentários e financeiros para a Superintendência no exercício de 2013.

### 2.2.1 Programa Temático

As Superintendências Federais de Agricultura nos Estados não gerem Programas Temáticos, só executam os Planos Internos que compõem as Ações dos Programas Temáticos do Ministério da Agricultura, portanto o quadro A.2.2.1 e o subitem 2.2.1.1 não se aplicam a SFA-RN.

### 2.2.2 Objetivo

Assim como os Programas os Programas Temáticos, as Superintendências Federais de Agricultura nos Estados também não geriram Objetivos, tão somente executaram Ações, portanto o quadro A.2.2.2 e o subitem 2.2.2.1 não se aplicam a SFA-RN.

### 2.2.3 Ações

#### 2.2.3.1 Ações – OFSS (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social)

#### DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA – DDA

De acordo com o PPA 2012-2015 a DDA – Divisão de Defesa Agropecuária está no nível de execução das Ações vinculadas a programas temáticos, sendo portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados. Os Quadros a seguir apresentam as Ações de responsabilidade da DDA.

#### Quadro A.2.2.3.1.1 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000K - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário seus produtos e insumos

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZX					
<b>Título</b>	Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário 000K Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário seus produtos e insumos					
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias.					
<b>Objetivo</b>	Código 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> n/a	
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.000,00	14.444,00	11.979,00	11.979,00	11.979,00	-	-

Execução Física					
Descrição da meta		Unidade de Medida		Montante	
				Previsto	Reprogramado
<b>Fiscalização Realizada</b>		<b>unidade</b>		<b>20.000,00</b>	<b>7.811,00</b>
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: DDA/SFA/RN

### Análise situacional

O desempenho operacional da Ação - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário seus Produtos e Insumos, realizou o trabalho de vigilância, visando impedir a entrada de pragas e doenças, oriundas de outros países e que poderiam causar danos a economia, ao meio ambiente e a saúde da população.

No exercício de 2013, evidenciou-se alguns fatos nesse trânsito, alheios a gestão da Ação, e que impactou significativamente, no resultado alcançado relacionado ao programado. A seguir são analisadas as ocorrências identificadas e que tiveram significado valor no percentual do resultado.

A programação foi planejada, baseada em alguns indicadores, que sinalizavam acontecer, no entanto, apesar do crescimento em relação ao exercício anterior, esses indicadores não se concretizaram como o planejamento visualizou. Como exemplo pode-se citar a projeção da certificação fitossanitária de frutas destinadas aos mercados Comum Europeu e Americano, que foi usada como parâmetro uma projeção de 1.500 contêineres/mês, e essa média ficou muito abaixo do resultado, que foi de aproximadamente 500 contêineres. Esse fato, verificou-se, face a concorrência dos portos do Ceará/Pecém e Mucuripe e de Pernambuco/Suape, por apresentarem maiores opções de linhas marítimas, melhor logística e opções de período de ponto de saída em vários dias da semana, enquanto o porto de Natal só ocorre nos finais de semana.

Outra evidência que impactou com muita agressividade no resultado foi a parte de inspeção e fiscalização de bagagens, nos voos internacionais, que abrigam produtos originários do agronegócio de outros países, e que são objetos de controle pelo Serviço de Vigilância Internacional, existente no Aeroporto de Natal-RN. Por questões também alheias ao Serviço de Vigilância Internacional as empresas aéreas diminuíram os voos que tinham Natal como ponto de saída e entrada para vários países dos continentes Americano, Europeu, Asiático e Africano.

Abordando o impacto no resultado, relacionado à certificação de produtos de origem animal, o que ocorreu, foi que esses produtos, geralmente, tinham o destino do mercado externo via contêineres e com o advento do navio de carga a granel, essa certificação passou a ser por porão, havendo uma diminuição acentuada no quantitativo de certificações realizadas, visto cada porão desse transportar 500T certificação por porão, e o contêiner transporta 20t.

E importante destacar que para atingir os resultados, mesmo aquém do estimado, foi necessário a criação de um POOL com Fiscais Federais Agropecuários de outros serviços no período de maior demanda.

Outro grande entrave na execução dessa ação é a lotação de Fiscais Federais Agropecuários nas duas unidades de Vigilância Internacional Porto com apenas 01 Engenheiro Agrônomo e nenhum Médico Veterinário, e o Aeroporto com 02 Médicos Veterinários e 02 Agrônomos, contingente que inviabiliza o arranjo da escala 12h x 36h.

Outro ponto importante que pode refletir na qualidade do serviço de vigilância nas unidades, é o tratamento do lixo de bordo de aviões e navios, devido à deficiência de infraestrutura no porto e aeroporto com a desativação por parte dos órgãos gestores desses ambiente dos incineradores nas áreas primárias. Os lixos de bordo dos meios de transporte são encaminhados ao aterro sanitário destinados à incineração.

Quanto ao aspecto de dotação orçamentária, a atividade praticamente não teve alocação de crédito, no entanto, não ocorreram reflexos no desempenho físico da atividade.

### SERVIÇO DE SANIDADE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO VEGETAL - SIFISV

De acordo com o PPA 2012-2015 o SIFISV- Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal está no nível de execução das Ações vinculadas a programas temáticos, sendo, portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados. Os quadros a seguir apresentam as Ações de responsabilidade deste SIFISV.

#### Quadro A.2.2.3.1.2 - Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário 0006: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZW					
<b>Título</b>	Promoção da Defesa Agropecuária <i>Plano Orçamentário: Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais</i>					
<b>Iniciativa</b>	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária					
<b>Objetivo</b>	Código 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028	<b>Tipo:</b> n/a		
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
61.840,51	14.116,26	11.533,44	11.533,44	11.533,44	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Supervisionar monitoramento (Supervisionar o monitoramento de mosca das frutas em ALP e SMR em mamão, manga e cucurbitáceas e o manutenção do reconhecimento da ALP de Sigatoka Negra.)		unidade	11	6,00	6,00	
Participar de eventos internos (reunião, capacitação e outros)		unidade	8	2,00	2,00	

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIFISV/DDA/SFA-RN – SGI/POA

### Análise situacional

Parte das atividades do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) é relativa à supervisão da execução da Defesa Agropecuária pelo Órgão Estadual competente: Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária (IDIARN) que depende financeiramente, em grande parte de suas atividades, da celebração de convênio com o MAPA. Dessa forma, grandes esforços foram realizados por parte da SFA-RN e IDIARN que conseguiram realizar tal convênio mas que, devido a inadimplência do estado do RN em outras áreas, não pode ser contemplado com o recebimento dos recursos. Desta forma, as atividades de fiscalização, supervisão e auditoria da execução pelo IDIARN, a cargo do MAPA, tiveram que ser reprogramadas.

Cumpriu-se portanto aquelas atividades que não dependiam do convenio para serem fiscalizadas, como o monitoramento das áreas livres e cadastramento de produtores e packing-houses para exportação. Parte da meta de participação de eventos internos (reunião, capacitação e outros) contemplava a realização de cursos de capacitação e atualização de pessoal do IDIARN, por Fiscais Federais Agropecuários do MAPA, o que acabou não acontecendo, em virtude da não efetivação de repasse voluntário do MAPA. Outra parte referia-se a participação em reuniões anuais do setor que não foi atendida face ao contingenciamento de recursos para deslocamento, ocorrido justamente no segundo semestre do ano, quando são realizadas tais reuniões.

Ressalta-se o grande empenho no cumprimento das atividades demandadas, com apoio de Fiscais de outros setores, visto que, até o final do exercício, não houve a reposição dos servidores que aposentaram-se nesse e nos anos anteriores.

#### Quadro A.2.2.3.1.3 - Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000B - Fiscalização de Sementes e Mudanças

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	20ZX
<b>Título</b>	Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000B - Fiscalização de Sementes e Mudanças
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias
<b>Objetivo</b>	Código 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária <b>Código:</b> 2028 <b>Tipo:</b> n/a
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
45.000,00	15.124,84	14.784,69	14.784,69	14.784,69	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Atender demandas internas e externas por informações		unidade	7	15	20	
Fiscalizar estabelecimento comercial em região metropolitana		unidade	53	17	17	
Fiscalizar estabelecimento comercial fora de região metropolitana		unidade	125	50	50	
Fiscalizar estabelecimento produtor de mudas		unidade	23	18	18	
Fiscalizar estabelecimento produtor de sementes (Esta atividade incluirá também fiscalização de campos de sementes certificadas pelo MAPA.)		unidade	59	70	75	
Coletar amostra para análise fiscal/duplicata de sementes (Coletar amostras de sementes para averiguar a conformidade em relação as garantias de germinação e pureza e para certificação de sementes pelo MAPA.)		unidade	181	50	50	
Participar de eventos externos (reunião, capacitação e outros)		unidade	3	3	3	
Análise de requerimento de importação de sementes e mudas		unidade	3	3	4	
Relatoria de processo em 1ª instância de sementes e mudas		unidade	6	3	3	
Analisar pedido de inscrição de Campos de Produção de Sementes		unidade	49	29	29	
Analisar pedido de inscrição de Unidades de Propagação in vitro		unidade	1	1	1	
Analisar pedido de inscrição de Viveiro		unidade	11	4	4	
Inscrição de agente do SNSM no RENASEM		unidade	20	15	15	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIFISV/DDA/SFA-RN – SGI/POA

### Análise situacional

As metas do setor foram, a exemplo dos anos anteriores, plenamente atingidas. Algumas, no entanto, tiveram que ser reprogramadas, devido a motivos alheios a responsabilidade da SFA-RN. Uma delas foi a escassez de chuva em todo o estado do Rio Grande do Norte, inibindo a produção de sementes e mudas e, por consequência, a inscrição de campos de sementes, viveiros de mudas, comércio de sementes e todo o SNSM.

O contingenciamento de recursos financeiros para deslocamento e suprimento de fundos prejudicou a realização de algumas atividades, principalmente aquelas que se referiam a participação nos eventos e reuniões anuais do setor.

Foram reprogramadas também as atividades que são atendidas sob demanda, como pedido de inscrição de viveiros, que teve seu número reduzido em 2013, ressaltando-se o atendimento total de tudo o que fora solicitado.

Destaca-se também a participação da equipe de Sementes e Mudanças do SIFISV RN, como atividade extra programação, o apoio dado pela administração central do MAPA com o envio de FFAs para atualizar as demandas de Registros de Cultivares, que encontravam-se pendentes em diversos estados da federação. Essa participação beneficiou dezenas de produtores e importadores de sementes que dependiam dessa análise para registro e comercialização de seus produtos.

**Quadro A.2.2.3.1.4 - Ações 2134 - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - Plano Orçamentário: 000J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	2134					
<b>Título</b>	Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos - Plano Orçamentário: 000J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos					
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
<b>Objetivo</b>	Código: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> n/a	
<b>Unidade Orçamentária</b>	130023 - Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/RN					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
40.042,82	32.755,07	28.585,71	28.585,71	27.205,71	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Auditar a emissão de CFO (Auditar a emissão de Certificados Fitossanitário de Origem emitidos pelos responsáveis técnicos dos estabelecimentos produtores de frutas.)		unidade	1	1,00	1,00	
Certificar frutos nas casas de embalagem		unidade	249	143,00	143,00	
Elaborar, celebrar, acompanhar e fiscalizar contrato de repasse, convênio e termo de cooperação		unidade	3	-	-	
Fiscalizar barreira fitossanitária		unidade	2	2,00	2,00	
Inspeccionar e fiscalizar empresas credenciadas para tratamento fitossanitários e controle de pragas quarentenárias		unidade	2	2,00	2,00	

Participar de eventos internos (reunião, capacitação e outros)	unidade	5	1,00	1,00	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A

Fonte: SIFISV/DDA/SFA-RN – SGI/POA

### Análise situacional

As metas desse setor da Defesa Vegetal foram plenamente atingidas, por dependerem menos das atividades ligada ao convênio. Excetuando-se aquelas ligadas à participação em eventos externos, não foram atingidas pelo contingenciamento de recursos promovido pela Sede/Brasília para deslocamento, conforme já explicado anteriormente.

A certificação de frutas na origem (casas de embalagem) é uma atividade prioritária para o MAPA/SFA-RN, tendo sido reprogramada por causa do recuo nas exportações do primeiro semestre de 2013. Trata-se de uma atividade atendida por demanda do produtor/exportador, valendo salientar que em 2013 viu-se atendida em sua totalidade. No caso específico da exportação de manga, a que ocupa maior volume do processo de certificação na origem, a equipe da Defesa Vegetal desenvolveu relatórios informatizados para melhor atender o produtor e melhorar a qualidade da informação prestada aos inspetores designados pelos norte americanos e que acompanham todo o processo de certificação no local durante a safra. O novo sistema já foi utilizado com sucesso nessa safra.

Além do pleno atendimento de todas as atividades que dependem diretamente da SFA-RN, a área de Defesa Vegetal do SIFISV coordenou a Missão Chilena de Reconhecimento de Área livre de *Anastrepha grandis*, o que resultou, ainda no final do mesmo exercício, o reconhecimento do governo chileno da referida área livre, abrindo mais um canal de exportação para as frutas produzidas no estado, atividade que beneficia direta e indiretamente milhares de cidadãos, entre produtores, exportadores, trabalhadores rurais, empresas de logística, portos e aeroportos que movimentam cargas destinadas ao mercado interno e externo. Nessa mesma linha, importante também foi o apoio desta SFA no processo de abertura do mercado de exportação de melões para Cingapura que, ainda em 2013 tiveram várias partidas certificadas na origem pela área de Defesa Vegetal para contêineres de frutas destinadas ao mercado asiático.

#### Quadro A.2.2.3.1.5 - Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000H - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	20ZX
<b>Título</b>	Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000H - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias
<b>Objetivo</b>	Código 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária <b>Código:</b> 2028 <b>Tipo:</b> n/a
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

<b>Ação Prioritária</b>		( ) Sim ( x ) Não		Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 25.000,00	R\$ 14.280,20	R\$ 13.952,71	R\$ 13.952,71	R\$ 13.952,71	R\$ -	R\$ -
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Coletar amostra para análise de fiscalização		Unidade	ZERO	30,00	43,00	
Inspeccionar estabelecimento (Inspeção de Estabelecimento Registrados.)		Unidade	ZERO	90,00	96,00	
Inspeccionar estabelecimento para fins de registro		Unidade	6	10,00	18,00	
Verificar denúncia		Unidade	5	4,00	4,00	
Participação em evento no país		Unidade	2	-	-	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

Fonte: SIFISV/DDA/SFA-RN – SGI/POA

### Análise situacional

O setor de Bebidas atingiu plenamente suas metas, num total de noventa e seis inspeções em estabelecimentos registrados, em noventa programados. Destes, foram confeccionadas trinta e sete Listas de Verificação que dependendo da situação, a mesma não seria suscitada pelo fato, por exemplo de o estabelecimento não estar em funcionamento, funcionava em condições inadequadas; verificação do cumprimento de exigência exarada em Laudo de Vistoria. Também foram superadas as metas de coleta de amostras e inspeção para fins de registro que, a exemplo do atendimento a denúncias, faz-se sob demanda. E a totalidade dessa demandas foram atendidas dentro do exercício.

Ressalta-se que no ano de 2013 a disponibilidade de recursos para deslocamento fora contingenciada, dificultando assim a realização de inspeções, as quais necessitariam de diárias e suprimento de fundos para a realização das mesmas. Dessa forma, a atuação da fiscalização se restringiu bastante à chamada Grande Natal, prejudicando gravemente as inspeções que necessitariam ser realizadas nos estabelecimentos localizados no interior do estado. Pela mesma razão, o setor não participou de nenhum evento ou reunião externa como era previsto.

Além de cumprir plenamente todas as suas metas, o Setor de Bebidas prestou durante o ano importante apoio à Sede, auxiliando na elaboração de Relatórios de Julgamento em primeira e segunda instância, demandadas por SFA's de outros estados que encontravam-se com dificuldade em atender suas demandas dentro dos prazos previstos.

Ainda como atividades extra programação, demandas do Ministério Público e órgãos de Defesa do Consumidor também fizeram parte das atividades realizadas pela equipe do Setor de Bebidas,

principalmente no fornecimento de subsídios e ações para coibir a produção e comercialização clandestina de polpa de frutas, água de coco e outros produtos ligados ao setor. Referidas ações em muito contribuem para a preservação da segurança alimentar dos produtos que são oferecidos nas mesas dos consumidores, escolas, hospitais e de todos os cidadãos que consomem esses produtos.

**Quadro A.2.2.3.1.6 - Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000E - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZX					
<b>Título</b>	Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000E - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais					
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
<b>Objetivo</b>	Código 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> n/a	
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 130.000,00	R\$ 105.425,02	R\$ 104.162,91	R\$ 104.162,91	R\$ 101.395,31	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar a Prestação de Serviços na Qualidade Vegetal Em Postos de Serviços		Unidade	1	2,00	2,00	
Fiscalizar estabelecimento embalador		Unidade	40	106,00	106,00	
Fiscalizar estabelecimento varejista		Unidade	40	21,00	21,00	
Contratar Prestação de Serviços terceirizados - Mão de Obra		Unidade	1	CCV	1,00	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

Fonte: SIFISV/DDA/SFA-RN – SGI/POA

**Análise situacional**

O Setor de Classificação cumpriu as atividades programadas, uma vez que a reprogramação deu-se pela priorização da própria Coordenação Geral da Qualidade Vegetal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que focou na fiscalização de estabelecimentos embaladores de produtos de origem vegetal em todo o país. Desta forma, reduziu a prioridade para a fiscalização de estabelecimentos varejistas, aumentando-se o de estabelecimentos embaladores, ambas plenamente atingidas, bem como o de postos de serviços de classificação.

Ainda assim vale salientar que o setor sofre pela demanda de fiscalização ser ainda maior do que o programado e reprogramado. Porém, a defasagem no quantitativo de Fiscais Federais Agropecuários e pessoal de apoio administrativo limita a ampliação do atendimento à demanda reprimida, que asseguraria o direito do cidadão consumidor ao acesso a produtos com a qualidade, quantidade e composição apropriadas para o consumo, conforme a legislação vigente. A fiscalização apropriada é um direito do cidadão e um dever do Estado.

**Quadro A.2.2.3.1.7 - Ação 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias – Plano Orçamentário: 000A – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZX					
<b>Título</b>	Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000A – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes					
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
<b>Objetivo</b>	Código 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária	<b>Código:</b> 2028			<b>Tipo:</b> n/a	
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( x ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 30.000,00	R\$ 27.022,59	R\$ 27.022,59	R\$ 27.022,59	R\$ 25.546,59	R\$ -	R\$ -
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar estabelecimento (Fiscalizar estabelecimentos produtores, comerciais, importadores, de fertilizantes, corretivos e inoculantes)		Unidade	52	25	25	
Coletar amostra para análise de fiscalização (Coletar amostra de fertilizantes corretivos e inoculantes para análises fiscais em laboratórios oficiais do MAPA)		Unidade	48	13	13	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

Fonte: SIFISV/DDA/SFA-RN – SGI/POA

### Análise situacional

A fiscalização de fertilizantes no ano de 2013 foi desempenhada dentro da normalidade seguindo um cronograma racional visando a economicidade e a eficiência da ação até o mês de julho, quando o único técnico que desempenhava a ação foi nomeado como chefe da Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário.

Este fato levou a uma interrupção e reprogramação da ação, uma vez que não há no SIFISV nenhum técnico com agenda disponível e capacitação adequada para desempenhar a atividade. Alocar técnicos de outras ações para desempenho dessa, acabaria por deixar uma outra ação sem atingir as metas propostas. Esse problema, causado pelo aumento da demanda de serviço em função do desenvolvimento do agronegócio brasileiro, sem que sequer haja reposição dos servidores que se aposentam, tem sido exaustivamente relatado, mas que até o final do exercício não fora resolvido.

Cabe destacar que o fiscal que desempenhava a ação continua colaborando com o SIFISV, auxiliando nas tarefas internas, como registros e análise de pedidos de importação, transmitindo seus conhecimentos técnicos da área à chefia.

## SERVIÇO DE SAÚDE, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO ANIMAL – SIFISA

De acordo com o PPA 2012-2015 o SIFISA- Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal está no nível de execução das Ações vinculadas a programas temáticos, sendo portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados. Os quadros a seguir apresentam as Ações de responsabilidade do SIFISA.

### Quadro A.2.2.3.1.8 – Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário: 0009 Erradicação da Febre Aftosa

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZW		<b>Tipo:</b>			
<b>Título</b>	Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário: 0009 Erradicação da Febre Aftosa					
<b>Iniciativa</b>	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária					
<b>Objetivo</b>	Código 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>ódigo:</b> 2028	<b>Tipo:</b> n/a		
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
119.493,83		119.493,83	119.493,83	119.493,83	0	0
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Área livre			Km <sup>2</sup>	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIFISA/DDA/SFA/RN – SGI/POA

**Análise situacional**

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA) tem como estratégia principal a implantação progressiva e manutenção de zonas livres da doença, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE).

A execução do PNEFA é compartilhada entre os diferentes níveis de hierarquia do serviço veterinário oficial com participação do setor privado. A execução do PNEFA no âmbito do Rio Grande do Norte está a cargo do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte – IDIARN.

Dentre as principais atividades do PNEFA desenvolvidas no Estado em 2013, destaca-se a conclusão do estudo soro epidemiológico iniciado no ano de 2012, no qual foram envolvidas 166 (cento e sessenta e seis) propriedades em 75 (setenta e cinco) municípios. O referido estudo teve por objetivo comprovar a ausência de circulação do vírus da febre aftosa nos últimos 12 meses, resultando no reconhecimento nacional do Estado do Rio Grande do Norte como parte da zona livre de febre aftosa com vacinação, através da Instrução Normativa nº 40, de 09/09/2013. A realização do estudo em questão contou com apoio financeiro disponibilizado pelo Departamento de Saúde Animal – DSA, no valor de R\$ 90.801,00 (noventa mil, oitocentos e um reais) para custeio de diárias aos técnicos do IDIARN, considerando a escassez de recursos financeiros daquele órgão.

Apesar da produção pecuária da região do semiárido ter poucas perspectivas de se tornar exportadora, a atividade tem grande importância social e econômica, contribuindo para a segurança alimentar, melhoria da renda e fixação da população nas áreas rurais. Assim, os recursos empregados na estruturação e nas ações para a erradicação da febre aftosa na região, são importantes pelos benefícios sociais e econômicos que o reconhecimento da área proposta como livre de febre aftosa com vacinação trará para o país.

Outra atividade desenvolvida pelo Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA que merece destaque foi o acompanhamento do cumprimento do Plano de Ação para atender as recomendações da Auditoria realizada no Serviço Veterinário Estadual, no ano de 2012. Para tanto foram realizadas 03 (três) supervisões na Unidade Central do IDIARN, cujos relatórios foram encaminhados para a Coordenação de Febre Aftosa.

Ainda, diante das dificuldades financeiras enfrentadas pelo órgão estadual para desenvolver as ações de sanidade animal foi viabilizado por este Serviço, o apoio financeiro no valor de R\$ 28.231,50 (vinte e oito mil, duzentos e trinta e um reais e cinquenta centavos) para o custeio de diárias para os técnicos envolvidos no atendimento de suspeitas de doenças vesiculares nos municípios de Upanema/RN e Mossoró/RN.

**Quadro A.2.2.3.1.9 – Ação 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário: 000F - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais**

Identificação da Ação	
<b>Código</b>	20ZW
<b>Título</b>	Promoção da Defesa Agropecuária - Plano Orçamentário: 000F - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais
<b>Iniciativa</b>	04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária
<b>Objetivo</b>	Código: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.
<b>Programa</b>	<b>Defesa Agropecuária</b> <b>Código: 2028</b> <b>Tipo: n/a</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

<b>Ação Prioritária</b>	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 73.000,00	11.968,78	11968,78	11.129,97	11.129,97	9.340,93	-
<b>Execução Física</b>						
Descrição da meta			Unidade de Medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Propriedade Atendida			Unidade	10000	10000	8136
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>			<b>Execução Física - Metas</b>			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIFISA/DDA/SFA/RN – SGI/POA

### Análise situacional

Esta ação tem como objetivo garantir a segurança zoossanitária no RN, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os regulamentos técnicos do DSA (Departamento de Saúde Animal) e em consonância com os parâmetros sanitários recomendados pelos organismos internacionais.

Nesta área de ação, o SIFISA/RN atua principalmente orientando, acompanhando, controlando e procedendo a supervisões das atividades de defesa sanitária animal executadas pelo Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do RN- IDIARN e pelos médicos veterinários particulares, previamente habilitados. A meta prevista desta ação não foi atingida, fato que se atribui principalmente às restrições orçamentárias sofridas pelo IDIARN no ano de 2013, órgão este que é o responsável pela execução das ações a campo.

No que diz respeito ao Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE, no ano de 2013 foram atendidas 4.259 (quatro mil duzentos e cinquenta e nove) propriedades, nas quais foram detectados 12 casos positivos para Mormo e 50 para AIE. Porém, as ações de saneamento destas propriedades ainda estão aquém do ideal, em virtude das deficiências de estrutura e de pessoal do Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte – IDIARN, que acaba acarretando a descontinuidade das ações em defesa sanitária animal no RN.

O Programa de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT, no estado do Rio Grande do Norte dispõe atualmente de 38 (trinta e oito) médicos veterinários habilitados, os quais realizaram cerca de 1.200 (mil e duzentos) atendimentos a propriedades em 2013, tendo sido diagnosticados 30 (trinta) animais reagentes para brucelose e 21 (vinte e um) positivos para tuberculose. Ocorreu o cancelamento da habilitação de 18 (dezoito) médicos veterinários pelo não cumprimento das normas do PNCEBT.

Em relação ao ano anterior, houve diminuição na realização de exames para diagnóstico de Brucelose e Tuberculose e, portanto, também houve diminuição do número de animais reagentes positivos, para ambas enfermidades. Foi renovada a certificação de 1 (uma) propriedade livre de brucelose e tuberculose no município de Monte Alegre, e renovada 01 (uma) certificação de propriedade livre de tuberculose no município de Taipu.

A distribuição de antígenos e tuberculinas para a realização de exames para Brucelose e Tuberculose é realizada pelo SIFISA-RN - em 2013 foram distribuídas 18.400 (dezoito mil e quatrocentas) doses de AAT (Antígeno Ácido Tamponado), 15.250 (quinze mil duzentas e cinquenta) doses de PPD bovina e 3.800 (três mil e oitocentas) doses de PPD aviária. Como pontos negativos, destacamos a deficiência por parte do órgão executor estadual na fiscalização da vacinação contra a brucelose, e a ausência de informações acerca da eliminação de animais positivos para brucelose e tuberculose animal.

No que diz respeito ao Programa Nacional de Sanidade Avícola, a notificações de vacinações em propriedades com criações de aves foram realizadas satisfatoriamente e não houve ocorrência de casos de doenças de notificação obrigatória no estado. Manteve-se a realização da certificação sistemática de 01 estabelecimento reprodutor para livre de *salmonella* e *mycoplasma*, o único registrado e atuante no RN, e iniciou-se o processo de registro de um outro estabelecimento do mesmo tipo.

Também não foram registradas enfermidades de notificação obrigatória descritas no Programa Nacional de Sanidade Suídea, bem como não houve registro de granjas produtoras de suínos no RN em 2013.

No que se refere ao Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros e outras Encefalopatias, houve registro de vacinação contra raiva em 765 (setecentas e sessenta e cinco) propriedades, e não foram notificados casos positivos para a doença em 2013. Para fins de vigilância ativa à EEB (mal da vaca louca), foram coletadas amostras de alimentos para ruminantes para verificação da existência de proteína de origem animal em 4 propriedades, e todas amostras obtiveram resultado negativo.

**Quadro A.2.2.3.1.10 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000G - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20ZX						
<b>Título</b>	Fiscalização das Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 000G - Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal						
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
<b>Objetivo</b>	Código: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária	<b>Código:</b> 2028	<b>Tipo:</b> n/a				
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
R\$ 74.836,00	R\$ 65.771,00	R\$ 39.267,02	R\$ 36.129,08	R\$ 36.129,08	R\$ 0,00	R\$ 0,00	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Estabelecimento Inspeccionado				Unidade	43	43	43

Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-	-	-	-	-	-

Fonte: SIFISA/DDA/SFA/RN – SGI/POA

### Análise situacional

No que diz respeito à Inspeção de Pescados, existiam 13 (treze) entrepostos de pescados e 14 (quatorze) Barcos-fábrica sob o SIF no Estado do RN. Destes últimos foram cancelados 10 (dez) registros, portanto, atualmente só restam 4 (quatro) estabelecimentos desta categoria no RN. Durante o ano de 2013, foram feitas 13 supervisões e 7 fiscalizações em estabelecimentos de pescados registrados no SIF. Realizou-se 228 sorteios de SIF's para coleta de amostras pelo Plano Nacional de Controle de Resíduos – PNCRC e foram feitas outras 220 análises laboratoriais de rotina coletadas nos estabelecimentos inspecionados.

Objetivando a produção de alimentos seguros e o combate à fraude econômica, algumas ações de destaque foram realizadas em 2013 na Inspeção de Pescado, tais como: a Interdição de 3 (tres) estabelecimentos; a confecção de mais de 15 Autos de Infração; e o acompanhamento do Programa de sub-investigação do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC, o qual deflagrou violação em camarão, por detecção de substância de uso proibido no país.

As atividades desenvolvidas pela Inspeção de Pescados também contribuem ativamente para o desenvolvimento econômico deste setor do mercado no RN. Entre elas, podemos destacar no ano de 2013 a retomada da exportação de camarão no estado, bem como a emissão de mais de 300 Certificados Sanitários Internacionais, análise de mais de 50 processos de Licença de Importação, o Registro de mais um Barco-fábrica (novo SIF), análise e apoio técnico para a aprovação de 4 projetos de reforma e ampliação de estabelecimentos e habilitação para exportação de novos produtos em três empresas diferentes.

No que se trata da Inspeção de Aves, Ovos e derivados, existem hoje no estado 10 (dez) granjas que produzem e beneficiam ovos de galinha/codorna, denominados Estabelecimentos Relacionados – ER, registrados junto ao SIFISA-RN. A realização de supervisões e fiscalizações nestes estabelecimentos foi prejudicada nos meses de novembro e dezembro devido ao corte de recursos neste período. No que diz respeito ao programa Nacional do Combate à Fraude da água no frango, a execução das análises foi prejudicada em função da quebra de um equipamento no LANAGRO-PE, e só foi realizada 1 análise de amostra coletada em casa atacadistas durante 2013, tendo resultado negativo.

No que concerne à Inspeção de Carne e derivados, há no RN hoje em dia 2 (dois) estabelecimentos registrados junto ao SIF, sendo um entreposto e uma fábrica de alimentos não comestíveis habilitada para a exportação. Foram cancelados os registros de 8 (oito) Estabelecimentos Relacionados que comercializavam produtos de origem animal, produzidos, beneficiados e embalados por outras empresas com SIF para casas atacadistas, uma vez que se chegou ao entendimento que somente aqueles que fazem comércio interestadual deveriam permanecer registrados junto ao SIFISA-RN. Com a revogação da Instrução Normativa nº 51/2002, que tratava do registro de Unidades Processadoras de Cestas Básicas em Convênio com o INMETRO, houve também o consequente cancelamento de todos de registros de ER's desta modalidade.

Na área de Inspeção de Laticínios e produtos lácteos, atualmente existem de 4 (quatro) usinas de beneficiamento de leite e 1 (uma) fábrica de laticínios registradas junto ao SIFISA-RN, que sofreram supervisões e fiscalizações sistemáticas durante o ano de 2013, conforme o programado. Foram coletadas 148 amostras de leite e derivados, atendendo ao Programa Nacional de Combate à Fraude do Leite e ao Programa de Controle da *Listeria monocytogenes*, onde todas amostras obtiveram resultado negativo.

No que diz respeito à Inspeção de Mel e produtos apícolas foram realizadas 04 supervisões e 04 fiscalizações das 05 programadas para o ano. Esse setor foi o mais atingido pela estiagem que tanto prejuízo deu aos apicultores e das 5 (cinco) empresas registradas/relacionadas apenas 1 (uma), localizada no município de Pau dos Ferros, produziu no ano de 2013.

**Quadro A.2.2.3.1.11 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 0009 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário**

Identificação da Ação							
<b>Código</b>	20ZX						
<b>Título</b>	Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 0009 - Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário						
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias						
<b>Objetivo</b>	Código: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.						
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028		<b>Tipo:</b> n/a		
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento						
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013		
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
R\$ 26.800,00	R\$ 6.059,04	R\$ 6.059,04	R\$ 4.956,89	R\$ 4.956,89	-	-	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Fiscalização Realizada				Unidade	150	150	135
Execução Orçamentária e Financeira							
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
-	-	-	-	-	-		

Fonte: SIFISA/DDA/SFA/RN – SGI/POA

**Análise situacional**

O Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA, através de sua equipe de fiscalização de Insumos Pecuários, executa a Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, no sentido de garantir a qualidade, segurança e eficácia dos produtos de uso veterinário, bem como promover e fortalecer as campanhas nacionais de vacinação contra a febre aftosa e contra outras enfermidades animais em nível regional.

Objetiva-se desta forma defender os direitos dos consumidores e os interesses da sociedade, em harmonia com o meio ambiente. Neste intuito, realizam-se ações de fiscalização, registro, atendimento a denúncias, licenciamentos de produtos, importação e exportação de produtos de uso veterinário no Estado do Rio Grande do Norte, resguardando o consumidor local dos produtos irregulares e clandestinos que possam causar algum tipo de dano econômico a população em geral, ou a saúde dos animais.

Algumas dificuldades encontradas para a execução das metas planejadas para 2013 foram o número reduzido de motoristas na SFA-RN, que dificultou a execução das ações planejadas para este ano, e o bloqueio de recursos por parte do nível central, a partir do segundo semestre de 2013, que teve como consequência a diminuição ou mesmo interrupção das fiscalizações neste período.

**Quadro A.2.2.3.1.12 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 0008 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZX					
<b>Título</b>	Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 0008 - Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal					
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
<b>Objetivo</b>	Código: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária	<b>Código:</b> 2028	<b>Tipo:</b> n/a			
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não		Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 25.000,00	R\$ 8.327,86	R\$ 8.327,86	R\$ 8.256,28	R\$ 8.256,28	x	x
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
Fiscalização Realizada		Unidade	150	150,00	Realizado	
					139	
Execução Orçamentária e Financeira						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIFISA/DDA/SFA/RN – SGI/POA

**Análise situacional**

O SIFISA/DDA/SFA-RN, no que diz respeito à Fiscalização de Insumos Destinados à Alimentação Animal, atua na indústria e no comércio do Rio Grande do Norte, promovendo ações de fiscalização de estabelecimentos produtores e comerciantes de alimentos para animais, registro de produtos e de estabelecimentos produtores, colheitas de amostras para análises laboratoriais e no atendimento a denúncias. O objetivo é resguardar os criadores locais, assegurando-lhes a aquisição de alimentos para animais seguros e de qualidade, e de combater as atividades irregulares e clandestinas que possam causar algum tipo de dano ao rebanho do estado.

As atividades realizadas no ano de 2013 foram condizentes com a programação física e financeira estabelecidas para o período, porém a meta estipulada não foi atingida em sua totalidade devido a restrições orçamentárias impostas em nível central, e também em função de dificuldades no apoio logístico das ações, em virtude do quadro reduzido de pessoal da área meio da SFA-RN, especialmente no que diz respeito aos motoristas.

**Quadro A.2.2.3.1.13 – Ação 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 0006 - Fiscalização de Material Genético Animal**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZX					
<b>Título</b>	Fiscalização de Atividades Agropecuárias - Plano Orçamentário: 0006 - Fiscalização de Material Genético Animal					
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
<b>Objetivo</b>	Código: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária		<b>Código:</b> 2028	<b>Tipo:</b> n/a		
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim ( X ) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
R\$ 3.862,00	R\$ 3.683,72	R\$ 3.683,72	R\$ 3.434,93	R\$ 3.434,93	x	x
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
<b>Fiscalização Realizada</b>			<b>Unidade</b>	<b>9</b>		<b>4</b>
Execução Orçamentária e Financeira						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIFISA/DDA/SFA/RN – SGI/POA

**Análise situacional**

No estado do RN, as atividades relacionadas à Fiscalização de Material Genético Animal se concentram no registro, inscrição e baixa de reprodutores e acompanhamento das doses de sêmen produzidas, e também registro e acompanhamento nos estabelecimentos avícolas. Na área de material genético animal, o estado tem registrado um estabelecimento produtor de sêmen, uma granja matrizeira e um incubatório.

Durante o ano de 2013, o incubatório que esteve com as atividades paralisadas em razão de reforma, deu entrada na solicitação de renovação de registro, que não foi concluída até o fim deste ano. Não foi por isso sido possível executar as fiscalizações programadas para este estabelecimento e, o que não permitiu o alcance da meta física programada para o período.

## DIVISÃO DE POLÍTICA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO - DPDAG

De acordo com o PPA 2012-2015 a DPDAG – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário está no nível de execução das Ações vinculadas a programas temáticos, sendo portanto, de responsabilidade do MAPA as informações sobre os programas temáticos, os objetivos e as iniciativas a ele vinculados. Os quadros a seguir apresentam as Ações de responsabilidade da DPDAG.

### Quadro A.2.2.3.1.14 – Ação 8593 – Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC – Plano Orçamentário: 0001 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	<b>8593</b>					
<b>Título</b>	Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono – ABC – Plano Orçamentário: 0001 - Apoio ao Desenvolvimento de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono					
<b>Iniciativa</b>	02WU - Promoção da substituição da agricultura tradicional por outra de base sustentável, conservacionista, tecnificada, de baixa emissão de gases de efeito estufa e elevada fixação de carbono no solo e nas plantas (Plano ABC)					
<b>Objetivo</b>	Implementar e monitorar as ações do Plano de Desenvolvimento da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC), visando a mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas, de forma a aumentar a resiliência e eficiência das unidades e dos sistemas produtivos agropecuários (Decreto nº 7390/2010, Art. 6º, § 1º). <b>Código: 0743</b>					
<b>Programa</b>	Agropecuária Sustentável Abastecimento e Comercialização <b>Código: 2014 Tipo: Atividade</b>					
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Realizar de oficina de trabalho para elaboração do Plano ABC no estado		Plano elaborado (Unidade)	1		0	
Realizar seminário de sensibilização do Plano ABC no estado		Pessoas capacitadas (Unidade)	80		0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: DPDAG/SFA/RN – SGI/POA

### Análise situacional

Conforme demonstra o quadro, a ausência total de descentralização orçamentária impediu a execução das metas programadas. Mesmo com esse contingenciamento, durante a maior feira agropecuária estadual, a Festa do Boi, realizada em outubro de 2014 no município de Parnamirim, foi distribuído farto material de divulgação sobre o tema, proferida uma palestra sobre a oportunidade de geração de renda através da integração pecuária – floresta e também articulada com

produtores rurais a possibilidade de realização de uma ou mais áreas demonstrativas dessa técnica. Cerca de 300 pessoas visitaram o stand do MAPA no evento perfazendo durante toda a feira algo em torno de 2000 pessoas.

Desta forma, entende-se que houve um balanço positivo no cumprimento da ação. O stand oficial do MAPA no evento foi preponderante para a divulgação do tema e que sem ele tal divulgação não teria sido feita.

**Quadro A.2.2.3.1.15 – Ação 8606 – Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico – Plano Orçamentário: 0001 - Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura Orgânica**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	8606					
<b>Título</b>	Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico – Plano Orçamentário: 0001 - Apoio ao Desenvolvimento e da Agricultura Orgânica					
<b>Iniciativa</b>	02XB - Promoção do desenvolvimento da agricultura orgânica e controle da garantia da qualidade orgânica					
<b>Objetivo</b>	Incentivar o desenvolvimento da agricultura orgânica e de outros sistemas sustentáveis, de forma a agregar valores ambientais, sociais e econômicos aos sistemas produtivos, melhorando a sua eficiência, a qualidade e competitividade dos produtos e a equidade na distribuição dos benefícios e renda. <b>Código: 0744</b>					
<b>Programa</b>	Agropecuária Sustentável Abastecimento e Comercialização				<b>Código:</b> 2014	<b>Tipo:</b>
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.168,50	2.705,04	2.705,04	2.705,04	2.705,04	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos		Produtor cadastrado	Sob demanda			16
Participação da SFA/RN na promoção da Semana dos Alimentos Orgânicos		Participação em evento		1		1
Fiscalizar em atendimento à denúncia ou suspeição		Estabelecimento fiscalizado		4		0
Fiscalizar estabelecimento comercial que comercialize alimentos orgânicos		Estabelecimento fiscalizado		7		0
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

Fonte: DPDAG/SFA/RN – SGI/POA

**Análise situacional**

Em relação à ação de Apoio ao Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica - Pró-Orgânico, o desempenho foi positivo, especialmente pelo cadastro de 11 produtores orgânicos integrantes do Organismo de Controle Social da Conformidade Orgânica (OCS) - Amigos Orgânicos. O projeto teve como parceiros o Ministério Público Estadual, a Secretaria de Agricultura Estadual, SEBRAE e PETROBRAS. O objetivo foi o de converter a produção do entorno de áreas de mananciais do Município de Natal em produção agroecológica, o que possibilitou que essas

famílias mantivessem seus terrenos, pois caso a não se convertessem poderiam ser despejados de suas terras, pois as mesmas encontram-se localizadas em área de Preservação Permanente.

Outro destaque positivo foi a participação efetiva da SFA/RN na Semana de Alimentos Orgânicos, com a possibilidade de conscientizar a grupos de pessoas dos municípios de Extremoz, Messias Targino e Apodi da importância do sistema de produção orgânica para o desenvolvimento sustentável da agricultura e dos benefícios trazidos à saúde através do consumo de produtos orgânicos. Por se tratar de evento aberto ao público, e tendo como esse público donas de casa, estudantes, produtores rurais e suas associações, entre outros, não se dispõe de dados exatos sobre pessoas que tiveram informação sobre produtos orgânicos. Estima-se que, por volta de 1300 a 1500 pessoas, tiveram acesso à informação e aos materiais de divulgação.

Assim como ocorreu com a divulgação do Plano ABC, durante a Festa do Boi, foi distribuído farto material sobre alimentos orgânicos na feira, o que certamente contribuiu para a promoção da produção e do consumo de alimentos orgânicos.

As demais metas não foram executadas em razão do contingenciamento dos recursos programados.

**Quadro A.2.2.3.1.16 – Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário – Plano Orçamentário: 000A – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZV					
<b>Título</b>	Fomento ao Setor Agropecuário – Plano Orçamentário: 000A – Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários					
<b>Iniciativa</b>	02XH - Apoio a projetos de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário					
<b>Objetivo</b>	Código: 0747 - Fortalecer o associativismo e o cooperativismo rural e promover a implantação e modernização da infraestrutura de apoio à produção agropecuária, incluindo medidas estruturantes de aperfeiçoamento dos serviços concernentes ao desenvolvimento agropecuário, visando à redução de custos e perdas.					
<b>Programa</b>	Agropecuária Sustentável Abastecimento e Comercialização <b>Código:</b> 2014 <b>Tipo:</b> Atividade					
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000,00	0,00	-	-	-	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Apoiar programa de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário		Apoio realizado (Unidade)	4	1	1	
Realizar levantamento de produtos com potencial de Indicação Geográfica		Projeto Apoiado	1	1	1	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

Fonte: DPDAG/SFA/RN – SGI/POA

**Análise situacional**

O Rio Grande do Norte conta atualmente com uma Indicação Geográfica (IG) de produto agropecuário na modalidade de Indicação de Procedência, intitulada Melão de Mossoró, reconhecida pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) no ano de 2013, o que pode ser considerado um significativo avanço, uma vez que os trabalhos para obter tal reconhecimento levaram aproximadamente dez anos.

O projeto de reconhecimento dessa IG contou com o apoio do MAPA, entre outros parceiros. Há também em curso articulações entre o MAPA, através das SFA's da Paraíba e do Rio Grande do Norte, e associações de produtores de leite e queijo da região do Seridó que abrange os estados do RN e da PB, visando obter o reconhecimento da IG, na modalidade indicação de procedência Queijo do Seridó, selo este que poderá ser usado nos queijos de coalho e manteiga reconhecidos por seu sabor único e típico dos oriundos daquela região e que agregam valor ao produto.

Apesar das restrições orçamentárias, a SFA/RN vem trabalhando para fomentar e organizar a cadeia produtiva para obtenção de IG's. Cabe destacar que a chegada de mais uma fiscal federal agropecuária à DPDAG/RN, especialmente pela sua formação em medicina veterinária, deve colaborar imensamente para o andamento e para concretização da IG do Queijo do Seridó.

Outro aspecto positivo do ano de 2013 são as chamadas públicas em nível nacional para contratação de empresa de consultoria no desenvolvimento de projetos de IG e outra do CNPQ que financiará projetos de pesquisa que podem dar subsídios ao projeto de obtenção da IG do queijo do Seridó.

No que tange ao apoio aos programas de desenvolvimento e fomento do setor agropecuário, a SFA/RN, vem trabalhando, em conjunto com o setor produtivo, industrial, SEBRAE e EMATER num projeto que visa ampliar a produção bem como reestruturar toda a cadeia da pecuária leiteira, que padece ante a drástica diminuição do programa estadual de aquisição de leite e derivados financiados pelo governo estadual. O projeto, iniciado no fim de 2013, vem sendo discutido no âmbito da Câmara Técnica Setorial do Leite da Secretaria do Estado da Agricultura, Pecuária e Pesca.

**Quadro A.2.2.3.1.17 – Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário – Plano Orçamentário:  
0001 – Fiscalização de Serviços Agrícolas**

Identificação da Ação						
<b>Código</b>	20ZX					
<b>Título</b>	Fiscalização de Atividades Agropecuárias -Plano Orçamentário: 0001 – Fiscalização de Serviços Agrícolas					
<b>Iniciativa</b>	04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias					
<b>Objetivo</b>	Código: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais de defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.					
<b>Programa</b>	Defesa Agropecuária	<b>Código:</b>	2028	<b>Tipo:</b>	Atividade	
<b>Unidade Orçamentária</b>	22101 - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento					
<b>Ação Prioritária</b>	( ) Sim (X) Não Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.000,00	531,00	531,00	0	0	0,00	0,00

Identificação da Ação					
Execução Física					
Descrição da meta	Unidade de medida	Montante			
		Previsto	Reprogramado	Realizado	
Fiscalizar a atividade de aviação agrícola	fiscalização realizada (Unidade)	7	3	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada

Fonte: DPDAG/SFA/RN – SGI/POA

### Análise situacional

Essa ação padece há anos com a falta de técnicos capacitados na SFA para realizá-la. Hoje, a SFA conta com apenas uma técnica habilitada, que possui o curso de Coordenação em Aviação Agrícola, curso obrigatório para realizar a fiscalização. Entretanto, com uma agenda intensa, uma vez que a mesma é a responsável pela fiscalização de sementes e mudas e auxilia na fiscalização das atividades que envolvem organismos geneticamente modificados, está lotada em um setor que não tem a obrigação regimental de realizar essa ação. Cabe, no entanto, destacar que, dentro de suas possibilidades, sempre se coloca à disposição da DPDAG para realizar essa fiscalização.

Ademais, as restrições orçamentárias impediram que se qualificasse um técnico para o desempenho da ação e os recursos descentralizados para a SFA não permitiriam o cumprimento da meta programada. Como providência para sanar em definitivo tal problema, a DPDAG tratou, assim que o calendário dos cursos de Coordenação em Aviação Agrícola para 2014 foi divulgado, de solicitar através de formalização de Processo Administrativo (Processo nº 21040.00893/2013-10) a autorização para capacitação de um técnico. É urgente e imperioso que se qualifique mais técnicos para a ação, pois a ausência de fiscalização pode implicar em prejuízos ambientais e econômicos.

#### 2.2.3.2 Ações/Subtítulos – OFSS (Não se aplica)

#### 2.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2013 – Restos a Pagar não Processados OFSS (Não se aplica)

#### 2.2.3.4 Ações no Orçamento de Investimento (Não se aplica)

### 2.3 Informações sobre outros resultados da gestão (Não se aplica)

### 3 ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

#### 3.1 Estrutura de Governança

A SFA-RN é um Órgão de Administração Direta, com suas atividades de administração da unidade vinculadas a Secretaria Executiva e suas atividades finalísticas as demais Secretarias que compõem o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA

#### 3.2 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			X		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
<b>Procedimentos de Controle</b>					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
<p><b>Análise Crítica:</b> A Chefia do Serviço de Apoio Administrativo desta SFA/RN, durante o ano de 2013, envidou todos os esforços no sentido de aprimorar o atendimento ao público (interno e externo), realizou reuniões com os Setores Técnicos/Administrativos e participou semanalmente das reuniões do Comitê de Gestão, visando melhorar os procedimentos, a operacionalização nos processos, a eficiência no atendimento aos usuários, maior controle nas atividades desenvolvidas pelos setores diretamente subordinados ao SAD (SEOF, SAG, SGP), manteve o Plano de Redução de Gastos, com foco na economia e na redução das despesas fixas (água, luz e telefone), bem como a adequada utilização com a redução do tempo de uso dos aparelhos de ar condicionados, adequadamente, tanto por parte dos servidores como dos terceirizados e estagiários, além de um maior controle nos Setores de Protocolo e Transportes, além da Portaria, Vigilância e melhoria no atendimento dos Setores de Gestão de Pessoas, Execução Orçamentária e Financeira da Seção de Atividades Gerais, bem como a edição de Portarias de lotação de servidores fazendo uma melhor redistribuição da forma de trabalho, com vistas a atender o interesse da Administração e o melhor aproveitamento da capacidade laboral e intelectual dos servidores desta SFA/RN, conforme prevê a Lei 8.112/90</p>					
<p><b>Escala de valores da Avaliação:</b>  <b>(1) Totalmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>não observado</b> no contexto da UJ.  <b>(2) Parcialmente inválida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua minoria</b>.  <b>(3) Neutra:</b> Significa que <b>não há como avaliar</b> se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.  <b>(4) Parcialmente válida:</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é <b>parcialmente observado</b> no contexto da UJ, porém, <b>em sua maioria</b>.  <b>(5) Totalmente válido.</b> Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente <b>observado</b> no contexto da UJ.</p>					

Fonte: SAD/SFA/RN

### 3.3 Informações sobre a remuneração paga aos administradores e membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal (Não se aplica)

### 3.4 Sistema de Correição

As informações sobre este item estão sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além

de supervisionar todo o sistema de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD e constam no Relatório de Gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**3.5 Cumprimento, pela instância de correição, da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007 da CGU**

As informações sobre este item estão sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Procedimentos Disciplinares – CGPAD/SE, unidade da Secretaria-Executiva, a qual compete, além de supervisionar todo o sistema de Correição do MAPA, coordenar, no âmbito do MAPA, os lançamentos do sistema CGU/PAD e constam no Relatório de Gestão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

**3.6 Indicadores para Monitoramento e Avaliação do Modelo de Governança e Efetividade dos Controles Internos (Não se aplica)**

A SFA-Rn não possui indicadores para monitorar e avaliar o desempenho da entidade no que se refere à governança e controles internos.

## **4. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA**

### **4.1 Execução das Despesas**

#### **4.1.1 Programação**

A SFA-RN não é uma Unidade Orçamentária – UO que recebe créditos orçamentários utilizados por Unidades Jurisdicionadas – UJ e também por não ter UGO consolidada ou agregada, nem executar despesas cujos créditos originários foram recebidos diretamente da LOA e sim tratar-se de uma Unidade Jurisdicionada – UJ que executa despesas com créditos recebidos por movimentação. Portanto, este item, seu respectivo quadro A.4.1.1 e seu subitem 4.1.1.1, não são aplicam

#### 4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

##### Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebida		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebida		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebida		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	130002	130023	20122210520000001			1.290.628,12
	130007	130023	2012502820ZX0001			274.230,56
			20609202820ZW0001			1.746.055,86
	420013	130023	20122210520000001			4.219,46
			20608201420ZV0001			642,09
			20665201486060001			5.389,64
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebida		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos	130002	130023	20122210520000001	35.970,00		
			2012502820ZX0001	29.060,00		
	130007	130023	20609202820ZW0001	418.750,00		

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN - SIAFI

#### Quadro A.4.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	580030	130023	20122211320000001			76.123,83
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos						

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN - SIAFI

#### 4.1.3 Realização de Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total (Não se aplica)

4.1.3.2 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

#### Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária:	Código UO:		UGO:	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>1.149.979,14</b>	<b>1.285.141,52</b>	<b>833.036,30</b>	<b>996.737,13</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	1.149.979,14	1.285.141,52	833.036,30	996.737,13
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>310.246,62</b>	<b>242.106,30</b>	<b>190.204,58</b>	<b>203.955,64</b>
h) Dispensa	218.705,01	151.979,54	116.116,58	123.170,67
i) Inexigibilidade	91.541,61	90.126,76	74.088,00	80.784,97
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>15.151,11</b>	<b>15.965,45</b>	<b>15.151,11</b>	<b>15.965,45</b>
j) Suprimento de Fundos	15.151,11	15.965,45	15.151,11	15.965,45
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>150.809,00</b>	<b>237.815,53</b>	<b>150.809,00</b>	<b>237.815,53</b>
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	150.809,00	237.815,53	150.809,00	237.815,53
<b>5. Outros</b>	<b>97.544,38</b>		<b>97.544,38</b>	
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>1.723.730,25</b>	<b>1.781.028,80</b>	<b>1.286.745,37</b>	<b>1.454.473,75</b>

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN - SIAFI

4.1.3.3. Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ (Não se aplica)

#### 4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores executados diretamente pela UJ

**Quadro A.4.1.3.4 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ**

Unidade Orçamentária:			Código UO:				UGO:	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
3190.08		73.815,26		73.815,26				73.815,26
<b>2. Juros e Encargos da Dívida</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>3. Outras Despesas Correntes</b>								
3390.08	31.272,83			31.272,83				31.272,83
3390.14	150.809,00	237.815,53	150.809,00	237.815,53			150.809,00	237.815,53
3390.30	130.938,40	146.576,39	130.938,40	146.576,39			130.938,40	146.576,39
3390..33	5.780,67	75.818,08	5.780,67	75.818,08			5.780,67	75.818,08
3390.36	119.516,30	22.042,40	119.516,30	22.042,20			119.516,30	22.042,20
3390.37	635.051,49	566.122,18	635.051,49	566.122,18			635.051,49	566.122,18
3390.39	638.030,70	661.536,50	638.030,70	661.536,50			638.030,70	661.536,50
3390.47	18.682,55	1.766,70	18.682,55	1.766,70			18.682,55	1.766,70
3390.92	31.151,89	6.926,37	31.151,89	6.926,37			31.151,89	6.926,37
3390.93	11.637,40	8.090,16	11.637,40	8.090,16			11.637,40	8.090,16
3391.39	5.345,12	4.625,14	5.345,12	4.625,14			5.345,12	4.625,14
3391.92		4.798,46		4.798,46				4.798,46
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4490.52	65.030,00	93.285,06	65.030,00	93.285,06			65.030,00	93.285,06
<b>5. Inversões Financeiras</b>								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
<b>6. Amortização da Dívida</b>								

**Relatório de Gestão 2013****SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE**

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:			
DESPESAS CORRENTES							
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada	RP não processados		Valores Pagos	
1º elemento de despesa							
2º elemento de despesa							
3º elemento de despesa							
Demais elementos do grupo							

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN - SIAFI

**4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Não houve ocorrência no período.

**4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

Não houve ocorrência no período.

#### 4.1.3.7 Análise crítica da realização da despesa

A Execução Orçamentária no exercício de 2013 no âmbito da SFA/RN foi realizada de acordo com os ditames emanados pela secretaria executiva do Ministério da Agricultura com os recursos descentralizados, diferentemente do que foi programado, com antecedência, no plano operativo da unidade para o exercício em referencia.

Todas as demandas para o bom e efetivo funcionamento da superintendência federal no RN foram cumpridas. Entretanto com cortes nos orçamentos destinados a SFA's em 2013, várias ações deixaram de ser atendidas, principalmente em investimentos e serviços, ou seja, na manutenção predial, como pinturas e restauração e outros serviços de reforma predial, considerando que o edifício sede da SFA/RN remonta da década de 1930 e que requer continuamente reparos e conservação por parte da administração.

A aquisição de equipamentos de informática, computadores e outros equipamentos foi outra demanda programada e consignada no plano operativo de 2013, que não foi executada na sua totalidade, pois há dependência de recursos, regulada pela administração central e a parte operacional e a burocracia referente às licitações.

O fator positivo para essa restrição no orçamento demandado foram as medidas tomadas pelo gestor no que diz respeito a economicidade em energia, telefonia fixa, comunicação, manutenção da frota oficial, combustíveis, etc. Considera-se portanto, não obstante todas as dificuldades enfrentadas ao longo do exercício de 2013 pela gestão, com cortes no limite orçamentário para esta Unidade Jurisdionada, a falta de pessoal administrativo, o cumprimento das tarefas e ações exigidas pelo principal usuário da SFA/RN, ou seja, o cidadão e a sociedade brasileira.

#### 4.2 Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrência no período.

#### 4.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

##### Quadro A.4.3–Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores (Valores em R\$ 1,00)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	312.217,35	10.559,12	-	301.658,23
2011	6.080,30	-	6.080,30	-
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
...				

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN – SIAFI

#### 4.3.1 Análise Crítica

Os valores inscritos em restos a pagar se referem a processos de licitações que na sua grande maioria foram realizados em novembro e dezembro de 2013, e que os lançamentos só foram realizados no SIAFI depois que os setores responsáveis atestaram o recebimento dos mesmos.

#### 4.4. Transferências de Recursos

##### 4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

##### Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN									
CNPJ: 00.396.895/0019-54					UG/GESTÃO: 130023				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	058633/2013	08.281.073/0001-00	1.210.702	66.000	1.144.702	1.144.702	2013	2014	1
1	049834/2013	13.792.312/0001-27	516.800	21.000	495.800	495.800	2013	2014	1
1	049552/2013	07.952.991/0001-51	2.123.865	125.000	1.998.865	1.998.865	2013	2014	1
2	096796/2013	08.095.283/0001-04	750.000	18.750	731.250	731.250	2013	2014	1
2	096773/2013	08.357.626/0001-61	750.500	18.750	731.250	731.250	2013	2014	1
2	096755/2013	08.113.466/0001-05	750.500	18.750	731.250	731.250	2013	2014	1
2	095560/2013	08.351.819/0001-05	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	089910/2013	08.113.896/0001-27	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	087197/2013	08.158.198/0001-48	298.469	5.969	292.500	292.500	2013	2014	1
2	077558/2013	08.153.462/0001-50	260.000	16.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	077015/2013	08.294.654/0001-87	500.000	10.000	490.000	490.000	2013	2014	1
2	075013/2013	08.085.417/0001-06	302.500	10.000	292.500	292.500	2013	2014	1
2	074260/2013	08.109.126/0001-00	757.521	15.310	742.211	742.211	2013	2014	1
2	073702/2013	08.095.283/0001-04	298.470	5.970	292.500	292.500	2013	2014	1
2	071462/2013	08.096.596/0001-87	258.844	15.094	243.750	243.750	2013	2014	1
2	059810/2013	08.364.655/0001-50	908.565	18.565	890.000	890.000	2013	2014	1
2	057204/2013	08.168.940/0001-04	650.000	16.250	633.750	633.750	2013	2014	1
2	056629/2013	08.002.404/0001-26	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	056627/2013	08.002.404/0001-26	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	049115/2013	08.004.525/0001-07	500.000	12.500	487.500	487.500	2013	2014	1
2	043521/2013	08.159.089/0001-45	500.000	12.500	487.500	487.500	2013	2014	1
2	043124/2013	08.357.667/0001-58	120.000	3.000	117.000	117.000	2013	2014	1
2	042046/2013	08.109.126/0001-00	765.310	15.310	750.000	750.000	2013	2014	1
2	041499/2013	08.095.283/0001-04	627.245	27.245	600.000	600.000	2013	2014	1

**Relatório de Gestão 2013**

**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN									
CNPJ: 00.396.895/0019-54					UG/GESTÃO: 130023				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	041463/2013	08.078.958/0001-07	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	039469/2013	08.364.655/0001-50	550.000	13.750	536.250	536.250	2013	2014	1
2	038698/2013	08.170.540/0001-25	250.674	6.924	243.750	243.750	2013	2014	1
2	037917/2013	01.612.382/0001-77	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	037177/2013	08.365.900/0001-44	500.000	12.500	487.500	487.500	2013	2014	1
2	036136/2013	08.159.089/0001-45	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	035696/2013	08.159.394/0001-37	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	034625/2013	08.087.561/0001-81	300.000	7.500	292.500	292.500	2013	2014	1
2	034623/2013	08.086.225/0001-14	300.000	7.500	292.500	292.500	2013	2014	1
2	034260/2013	08.355.489/0001-26	300.000	7.500	292.500	292.500	2013	2014	1
2	034258/2013	08.158.669/0001-18	200.000	5.000	195.000	195.000	2013	2014	1
2	033765/2013	08.142.655/0001-06	454.634	15.884	438.750	438.750	2013	2014	1
2	033076/2013	08.111.338/0001-22	300.000	7.500	292.500	292.500	2013	2014	1
2	032814/201	08.085.771/0001-30	170.000	4.250	165.750	165.750	2013	2014	1
2	032312/2013	08.159.162/0001-89	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	027191/2013	08.144.784/0001-33	120.000	3.000	117.000	117.000	2013	2014	1
2	026644/2013	08.181.562/0001-90	358.750	8.750	350.000	350.000	2013	2014	1
2	056753/2013	08.122.657/0001-33	265.000	21.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	078012/2013	08.144.800/0001-98	400.000	10.000	390.000	390.000	2013	2014	1
2	024037/2013	08.349.011/0001-93	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	032657/2013	08.348.989/0001-30	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	045420/2013	08.088.247/0001-13	307.125	14.625	292.500	292.500	2013	2014	1
2	040432/2013	08.354.896/0001-19	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	038717/2013	08.113.896/0001-27	262.866	19.116	243.750	243.750	2013	2014	1
2	036089/2013	08.357.626/0001-61	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	035742/2013	08.294.654/0001-87	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	034270/2013	08.106.510/0001-50	256.250	6.250	250.000	250.000	2013	2014	1
2	034264/2013	08.144.784/0001-33	200.000	5.000	195.000	195.000	2013	2014	1
2	032774/2013	08.349.029/0001-95	700.000	17.500	682.500	682.500	2013	2014	1

**Relatório de Gestão 2013**  
**SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA NO RIO GRANDE DO NORTE**

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN									
CNPJ: 00.396.895/0019-54					UG/GESTÃO: 130023				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade de	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
2	028701/2013	01.612.380/0001-88	350.000	8.750	341.250	341.250	2013	2014	1
2	027964/2013	08.358.889/0001-95	750.000	18.750	731.250	731.250	2013	2014	1
2	026690/2013	08.158.198/0001-48	298.469	5.969	292.500	292.500	2013	2014	1
2	026645/2013	08.348.963/0001-92	350.000	8.750	341.250	341.250	2013	2014	1
2	024268/2013	08.294.662/0001-23	560.250	24.000	536.250	536.250	2013	2014	1
2	098980/2013	08.355.463/0001-88	250.000	6.250	243.750	243.750	2013	2014	1
2	096787/2013	08.096.570/0001-39	815.000	35.000	780.000	780.000	2013	2014	1
<b>TOTAIS</b>			<b>25.917.309</b>	<b>840.981</b>	<b>25.076.328</b>	<b>25.076.328</b>			
<b>LEGENDA</b>									
<b>Modalidade:</b>					<b>Situação da Transferência:</b>				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
<b>Fonte: DPDAG/SFA/RN-SICONV</b>									

O ano de 2013 foi muito produtivo na atividade de análise de projetos para transferências de recursos via contratos de repasse, uma vez que toda a equipe da Divisão tomou uma atitude proativa no auxílio às prefeituras que foram indicadas pelos parlamentares para receberem recursos via emendas ao orçamento da União. Este fato permitiu que todas as propostas fossem aprovadas sem nenhum contratempo considerável, lembrando que tais emendas ajudarão na mitigação dos efeitos danosos da seca enfrentada pelo estado nos últimos anos. Também merece destaque a capacitação de três analistas sobre o sistema SICONV.

#### 4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

**Quadro A.4.4.2 – Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos Três Últimos Exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN					
CNPJ:	00.396.895/0019-54					
UG/GESTÃO:	130023					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Modalidade		
	2013		2013		2013	
Convênio	3	Convênio	3	Convênio	3	Convênio
Contrato de Repasse	57	Contrato de Repasse	57	Contrato de Repasse	57	Contrato de Repasse
Termo de Cooperação		Termo de Cooperação		Termo de Cooperação		Termo de Cooperação
Termo de Compromisso		Termo de Compromisso		Termo de Compromisso		Termo de Compromisso
<b>Totais</b>	<b>60</b>	<b>Totais</b>	<b>60</b>	<b>Totais</b>	<b>60</b>	<b>Totais</b>

Fonte: DPDAG/SFA/RN-SICONV

#### 4.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

**Quadro A.4.4.3 – Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.**

Unidade Concedente					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO RN					
CNPJ: 00.396.895/0019-54			UG/GESTÃO: 130023		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade	3		57
		Montante Repassado	3.639.367		21.436.961
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2012	Contas Prestadas	Quantidade	-	-	49
		Montante Repassado			17.440.250
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2		44
		Montante Repassado	487.620		10.482.600
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: DPDAG/SFA/RN-SICONV

#### 4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

##### Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse. Posição 31/12 em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DORN					
CNPJ: 00.396.895/0019-54			UG/GESTÃO:130023		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2013	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
	Com Prazo de Análise NÃO Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		3
			Montante Repassado (R\$)		21.436.961
			Quantidade Aprovada		
			Quantidade Reprovada		
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade de TCE		
			Montante Repassado (R\$)		
			Quantidade		
Montante Repassado (R\$)					
2012	Quantidade de contas prestadas				
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		49	
Montante repassado (R\$)		17.440.250			
2011	Quantidade de Contas Prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		2	
Montante Repassado		10.482.600			
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: DPDAG/SFA/RN – SICONV

#### 4.4.5 Análise crítica

A atividade de análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasses não é de responsabilidade da DPDAG/SFA/RN.

## 4.5 Suprimento de Fundos

## 4.5.1 Suprimento de Fundos – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

## Quadro A.4.5.1 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) - Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Saque		Fatura		
			Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2013	-	-	-	-	117	15.151,11	15.151,11
2012	-	-	-	-	153	15.965,45	15.965,45
2011	-	-	-	-	165	21.861,67	21.861,67

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

## 4.5.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não houve ocorrência no período.

## 4.5.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

## Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador - Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	130023	Limite de Utilização da UG	100.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor	Total	
			Saque	Fatura	
ELEU PEREIRA	21079072004	250,00	-	267,84	267,84
ROBERTO GASTAO DA SILVA	03603563204	250,00	-	1.841,59	1.841,59
ELITA MARIA LEITE PALMEIRA	12738778453	250,00	-	1.420,17	1.420,17
GERALDO MARCELINO C P REGO	07179782491	250,00	-	408,00	408,00
MARCOS R BARBALHO	18321224415	250,00	-	1.930,39	1.930,39
CLETO AMADO M R JUNIOR	38774518453	250,00	-	289,01	289,01
BARBARA HONORIO CRUZ	00978023447	250,00	-	707,73	707,73
MARIA DO C N S VIANA	15696022472	250,00	-	775,00	775,00
VALDEMAR EMIDIO DA SILVA	87561280459	250,00	-	1.396,91	1.396,91
EVADIO PEREIRA	03930513404	250,00	-	90,00	90,00
MARIO SERGIO G PIMENTEL	18401260191	250,00	-	103,66	103,66
BONIFACIO F DE GOUVEIA	13124692420	250,00	-	952,29	952,29
RAQUEL APARECIDA FURLAN	12358781800	250,00	-	658,97	658,97
JANUS P FONSECA DE MACEDO	56584040453	250,00	-	595,96	595,96
JONAS FRANCISCO DE SENA	08556490468	250,00	-	187,45	187,45
EURILO GALBA R MELO	17046491372	250,00	-	764,00	764,00
EDUARDO L F DE ARAUJO	03207093450	250,00	-	475,07	475,07
ROBERTO C RAZERA PAPA	05803563889	250,00	-	1.827,60	1.827,60
JOSE MAJULI BEZERRA	04401328434	250,00	-	459,47	459,47
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-	15.151,11	15.151,11
<b>Código da UG 2:</b>		<b>Limite de Utilização da</b>			

Código da UG 1	130023	Limite de Utilização da UG	100.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
		UG:			
<b>Total Utilizado pela UG</b>					
<b>Total Utilizado pela UJ</b>					

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

#### 4.5.4 Prestação de Contas de Suprimento de Fundos

#### 4.5.5 Análise crítica

Conforme ficou demonstrado, a cada exercício o valor dos recursos utilizados por meio de Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF está sofrendo redução, principalmente quanto as despesas realizadas por intermédio de faturas.

Ressalta-se que a cada exercício esta SFA/RN aprimora ainda mais os controles internos objetivando assegurar melhor a aplicação dos recursos públicos com despesas realizadas por meio de Suprimentos de Fundos, fato que está evitando a realização de diligências pelos órgãos de auditoria e controle.

**Quadro A.4.5.4 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)**

SUPRIMENTO DE FUNDOS												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							50	15.151,11	71	15.965,45	81	21.861,67

Fonte: SEOF/SAD/SFA/RN

**4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ**

Não houve ocorrência no período.

**4.7 Gestão de Precatórios**

Não houve ocorrência no período.

## 5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

### 5.1 Estrutura de pessoal da Unidade

#### 5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

##### 5.1.1.1 Lotação

#### Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>88</b>	<b>88</b>	<b>04</b>	<b>04</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	86	86	4	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	86	86	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>88</b>	<b>88</b>	<b>04</b>	<b>04</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

**Justificativa:** Existem na Superintendência 2 (dois) servidores requisitados conforme informados no relatório de gestão: André Luiz de Carvalho Pinheiro Borges e Maria de Fátima Braga Núbile de Morais.

No entanto o servidor André Luiz no sistema SIAPE esta localizado na SGTI/MAPA, assim que a folha abrir será solicitado a liberação do mesmo para constar a lotação na SFA/RN

##### 5.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da Unidade Jurisdicionada

#### Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	<b>3</b>
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	0
1.2. Exercício de Função de Confiança	2
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (Art. 93 da lei 8.112/90, § 6º)	1
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	<b>3</b>
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	3
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo	0

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
Seletivo	
<b>4. Licença Remunerada (4.1+4.2)</b>	<b>0</b>
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
<b>5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	<b>0</b>
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	0
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	0
5.5. Mandato Classista	0
<b>6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	<b>0</b>
<b>7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	<b>6</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

## 5.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

### 5.1.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

#### Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Cargos em Comissão</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	6	6	2	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	6	6	2	2
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	1
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
<b>2. Funções Gratificadas</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>5</b>
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12	7	5
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
<b>3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</b>	<b>18</b>	<b>18</b>	<b>9</b>	<b>7</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

#### Observações:

- Existem 6 (seis) DAS na SFA/RN, no entanto em 31/12/13 o cargo de titular de Superintendente estava vago e ocupado interinamente por seu substituto que é servidor da SFA/RN e ocupante titular do SIFISV.
- Existem 12 (doze) funções gratificadas na SFA/RN, no entanto a de chefe da UVIAGRO/PORTO esta vaga.

## 5.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada por Faixa Etária

## Quadro A.5.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	1	11	8	36	30
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	11	8	36	30
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	0	0	0	0	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	1	2	1	1
2.3. Funções Gratificadas	0	3	2	4	2
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>8</b>	<b>36</b>	<b>30</b>

Fonte:SGP/SAD/SFA/RN

**Justificativa:** As faixas etárias foram informadas no campo servidores efetivos pois todos ocupantes de FGR e DAS em 31/12/13 eram servidores efetivos, se esses servidores também fossem mencionados na condição de ocupantes de função no total da tabela ficaríamos com mais servidores do que de fato existem na SFA/RN.

## 5.1.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada segundo a Escolaridade

## Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	-	-	1	2	36	31	-	-	-
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	1	2	36	31	-	-	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	-	-	-	-	9	7	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	5	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	9	2	-	-	-
<b>3. Totais (1+2)</b>	-	-	1	2	45	38	-	-	-

**LEGENDA****Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

## 5.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Valores em R\$ 1,00

**Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
<b>Membros de poder e agentes políticos</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<b>Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão</b>											
Exercícios	2013	5.664.204,89	-	1.638.999,24	389.904,07	323.276,46	101.851,65	15.955,65	-	140.962,72	8.275.154,68
	2012	4.189.500,49	-	4.191.476,51	773.778,29	295.940,04	72.657,00	11.111,65	-	46.090,75	9.580.554,73
	2011	4.279.593,35	-	4.274.856,32	845.574,69	326.398,08	70.564,00	6.758,48	1.792,44	61.559,76	9.867.097,12
<b>Servidores com Contratos Temporários</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores Cedidos com ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2013	170.410,36	-	66.951,65	4.005,72	8.254,41	6.232,90	-	-	5.773,80	261.628,84
	2012	26.286,23	-	58,00	719,72	608,00	862,00	-	-	-	28.533,95
	2011	154.458,20	-	76.058,89	4.357,08	4.110,00	5.507,86	-	-	-	244.492,03
<b>Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial</b>											
Exercícios	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior</b>											
Exercícios	2013	918.903,24	82.109,75	87.687,05	61.117,89	27.977,09	11.501,41	3.511,70	-	16.525,84	1.209.333,97
	2012	511.529,03	84.503,16	519.487,92	115.558,51	22.224,18	9.237,06	14.211,49	-	-	1.276.751,35
	2011	496.379,16	76.167,29	504.748,52	111.758,14	21.584,00	12.039,27	7.107,81	-	-	1.229.784,19
<b>Servidores ocupantes de Funções gratificadas</b>											
Exercícios	2013	949.684,24	67.905,54	117.592,52	34.537,26	67.372,51	26.970,14	72,40	3.947,99	9.285,52	1.277.368,12
	2012	768.308,25	68.556,53	368.361,61	68.695,80	56.000,36	17.165,99	580,14	-	-	1.347.668,68
	2011	821.411,45	70.319,24	456.873,63	98.687,32	60.148,21	14.511,11	7.254,18	-	-	1.529.205,14

Fonte:  
CGAP/SE/SPOA/MAPA

	Anos	Total	Média Mês
Exercícios	2013	11.023.485,61	918.623,80
	2012	12.233.508,71	1.019.459,06
	2011	12.870.578,48	1.072.548,21

## 5.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

### 5.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

#### Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
<b>1. Integral</b>	114	10
1.1 Voluntária	0	9
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	1
1.4 Outras	0	0
<b>2. Proporcional</b>	77	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	0	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	191	0

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

### 5.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

#### Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
<b>1. Aposentado</b>	394	6
1.1. Integral	57	4
1.2. Proporcional	335	2
<b>2. Em Atividade</b>	2	0
<b>3. Total (1+2)</b>	396	6

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

## 5.1.5 Cadastramento no SISAC

### 5.1.5.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

#### Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	10	2	10	2
Concessão de pensão civil	6	12	7	11
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	3	1	2
<b>Totais</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>15</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN-SISAC

### 5.1.5.2 Atos Sujeitos à comunicação ao TCU

**Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)**

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	1	0	1	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
<b>Totais</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN-SISAC

### 5.1.5.3 Regularidade do cadastro dos atos no SISAC

**Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no SISAC**

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
<b>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Admissão	0	0	0	0
Concessão de aposentadoria	0	1	1	8
Concessão de pensão civil	0	2	2	3
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>12</b>
<b>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</b>				
Desligamento	0	0	0	0
Cancelamento de concessão	0	0	0	1
Cancelamento de desligamento	0	0	0	1
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN-SISAC

### 5.1.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

Não houve nenhum Ato Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico no ano de 2013.

### 5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não foi identificado nesta Superintendência acumulação remunerada de cargos, funções e empregos, portanto não foi adotada nenhuma providência.

### 5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Não houve providência por que nenhum Servidor acumulou cargo em 2013.

### 5.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

A Seção de Gestão de Pessoa da SFA-RN não trabalha com indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos.

## **5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários**

### **5.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão**

Apesar de se aplicar a natureza da Unidade, no exercício de 2013 A SFA-RN não fez nenhuma contratação de terceirizados de cargos e atividades do Plano de Cargos do Órgão.

### **5.2.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados**

No exercício de 2013, a SFA-RN não obteve nenhuma autorização para realização de concurso público. A Portaria Ministerial nº 74/2013 autorizou a realização de concurso público a nível nacional, a ser concretizado em 2014, mas esta superintendência não foi contemplada com vagas, portanto não há conteúdo a ser declarado no Quadro A.5.2.2

**5.2.3 INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA**

**Quadro A.5.2.3 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva**

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 130023							CNPJ: 00.396.895/0019 - 54						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	3/2009	35.519.164/0001 -04	19/08/2009	18/08/2014	10	9	1	1	0	0	P
2009	V	O	2/2009	08.692.312/0001 - 15	10/08/2009	09/08/2014	6	1	0	5	0	0	P
<b>Observações: Escolaridade dos Postos de vigilância definidos pelo Art. 16, III da Lei nº 7102, de 20 de junho de 1983.</b>													
<b>LEGENDA</b>													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: SCC/SAD/SFA –RN.

**5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão**

**Quadro A.5.2.4 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão-de-Obra**

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 130023						CNPJ: 00.396.895/0019 - 54							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	2	O	7/2010	11.610.561/0001 - 29	2/02/2010	1/12/2014	2	2					P
2010	3	O	7/2010	11.610.561/0001 - 29	2/02/2010	1/12/2014			5	2		3	P
2010	7	O	7/2010	11.610.561/0001 - 29	2/02/2010	1/12/2014			2	2			P

**Observações:** Não foram inclusos neste quadro as informações referentes aos contratos de Higiene e Limpeza e Vigilância Ostensiva por constarem no Quadro A.5.2.3

**LEGENDA**

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.  
**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

**Área:**

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Fonte: SCC/SAD/SFA-RN.

### 5.2.5 Análise Crítica dos itens 5.2.3 e 5.2.4

Não houve interrupções na execução dos contratos, bem como problemas no pagamento de verbas trabalhistas pelas empresas contratadas durante o ano de 2013. Os fiscais encarregados dos contratos com mão de obra foram vigilantes quanto ao cumprimento das obrigações das empresas prestadoras destes serviços.

### 5.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>	-	-	-		-
1.1 Área Fim					
1.2 Área Meio					
<b>2. Nível Médio</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>30.749,57</b>
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio					
<b>3. Total (1+2)</b>					

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN – CGAP/SE/SPOA/MAPA

## 6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 6.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados a terceiros

#### Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A Lei nº 1.081 de 13/04/1950, o Decreto nº 6.403 de 08/12/2008, a Lei nº 9.327 de 09/12/1996 e a Instrução Normativa nº 3 de 15 de maio de 2008 são os normativos regulamentadores utilizados como parâmetros legais no gerenciamento da frota da SFA/RN.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

As atividades de fiscalização e inspeção desempenhadas pelos setores técnicos desta Superintendência são realizadas em sua totalidade com a utilização dos veículos de sua frota.

A manutenção de um conjunto de veículos corretamente zelado e adequado às atividades é condição **sine qua non** para o desenvolver dos aludidos serviços.

A redução no número de veículos implica diretamente na quantidade e qualidade das tarefas de competência da SFA/RN impactando na fiscalização e inspeção de alimentos e bebidas, produção e comercialização de determinados insumos, sanidade animal e vegetal, controle de pragas, aviação agrícola, fomento de cooperativismo e produção de orgânicos, fiscalização de convênios e aplicação de recursos das emendas parlamentares, exportações do Estado do Rio Grande do Norte, somente para citar algumas atividades.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Todos os veículos desta UJ são classificados, conforme o Decreto nº 6.403 de 08/12/2008, como Veículos de Serviços comuns e Veículos de Serviços especiais. Há ainda 3 veículos cedidos. Internamente, para fins de acompanhamento no Sistema de Controle de Veículos Automotores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SCVA, estes são categorizados como disposto a seguir:

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

#### Quadro A.6.1.1 – Classificação de Veículos Institucionais por Categoria – Quantidade de Veículos por Quilômetros Rodados

CLASSIFICAÇÃO DE VEÍCULOS INSTITUCIONAIS POR CATEGORIA Quantidade de Veículos e km/rodados			
GRUPO	QTDE	KM ROD	MEDIA (Km Rodado por veículo)
Veículos de Atividades Comuns	10	19.135	1.913,5
Veículos de Atividades Especiais	16	158.994	9.937,0
Cedidos	04	-	-
Sucateados	06	-	-
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36</b>	<b>178.129</b>	
<b>Fonte: STR/SAG/SAD/SFA/RN - SCVA</b>			

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

#### Quadro A.6.1.2 – Idade Média da Frota por Categoria

IDADE MÉDIA DA FROTA POR CATEGORIA		
GRUPO	QTDE	MEDIA GERAL
Veículos de Atividades Comuns	10	7,8
Veículos de Atividades Especiais	16	7,5
Cedidos	04	17,0
Sucateados	06	18,0
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>36</b>	<b>-</b>

Fonte: STR/SAG/SAD/SFA/RN - SCVA

f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

#### Quadro A.6.1.3 – Custos com Combustível

CUSTOS COM COMBUSTÍVEIS			
COMBUSTÍVEIS	QTD LITROS	VALOR	MEDIA DE PREÇO
GASOLINA	1.972,87	5.577,79	2,83
DIESEL	10.056,00	22.750,46	2,26
ÁLCOOL	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	12.028,87	28.328,25	-
MÉDIA ANUAL	1.002,41	2.360,69	

Fonte: STR/SAG/SAD/SFA/RN - SCVA

#### Quadro A.6.1.4 – Custos com Manutenção e Serviços

CUSTOS COM MANUTENÇÃO E SERVIÇOS			
COMBUSTÍVEIS	VALOR MANUTENÇÃO	SERVIÇOS	TOTAL MANUT + SERV
TOTAL ANUAL	22.308,52	3.385,19	25.693,71
MÉDIA ANUAL	1.859,04	282,10	

Fonte: STR/SAG/SAD/SFA/RN - SCVA

g) Plano de substituição da frota;

A implantação do controle através do SCVA permitiu ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA ter uma visão completa da frota em todas as suas unidades, deste modo, as aquisições de novos veículos foram temporariamente suspensas até que fosse feito um remanejamento dos automóveis subutilizados em algumas Superintendências para outras que tivessem carência destes, fazendo, deste modo, a gestão racional de tais bens. Após a redistribuição dos veículos o plano de renovação de frota será retomado.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

- Baixo custo para administração da frota se comparado à locação;
- Isenção de IPVA;
- Personalização dos veículos com a marca da instituição;
- Acompanhamento e controle direto dos custos de manutenção.

Quanto à economicidade, a aquisição da frota e os serviços de manutenção, conservação e reparos são objeto de procedimentos licitatórios que estimulam preços competitivos. A terceirização da frota é mais onerosa para a administração, posto que o serviço prestado por empresas visa precipuamente à obtenção de lucro

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

O controle da frota é executado pelo Setor de Transportes. O acompanhamento dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento de combustível é efetuado por fiscais de contrato, conforme estabelecido na legislação.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento implementou o controle de toda sua frota através dos Sistema de Controle de Veículos Automotivos – SCVA que permite o acompanhamento de todas as solicitações feitas, sendo possível acompanhar a origem, destino, quilometragem inicial, final e a percorrida, data e hora de saída e chegada, inclusive de pontos intermediários no caso de viagens, gastos com manutenção e combustíveis, quantidade de passageiros, identidade do condutor além de outras informações.

Há ainda, por parte do MAPA o cruzamento das informações do SCVA com as solicitações do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, permitindo verificar a compatibilidade entre as diárias requeridas e o pedido de veículo.

## **6.2 Gestão do patrimônio imobiliário**

Na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte a Seção de Atividades Gerais é a unidade operacional responsável regimentalmente por promover, acompanhar e orientar a execução das atividades de transporte, material e patrimônio, reprografia, zeladoria, manutenção predial, almoxarifado, protocolo, limpeza, conservação e vigilância.

Para operacionalizar diretamente as tarefas referentes ao controle e gestão patrimonial, há o Setor de Material e Patrimônio – SMP/SAG/SAD/SFA-RN, que tem como atribuições, entre outras, a elencadas a seguir:

- Coletar, processar e manter os dados específicos dos sistemas de informações administrativas;
- Classificar, registrar e cadastrar bem patrimonial, elaborando demonstrativo contábil, bem como controlar a distribuição;
- Manter organizada e atualizada a documentação relativa aos bens móveis e imóveis da Superintendência Federal;
- Providenciar legalização e manter atualizados os registros cadastrais dos bens imóveis jurisdicionados à Superintendência Federal, junto aos órgãos competentes;

No exercício de 2013, Processos foram autuados com fins de levantamento e reavaliação feita quanto à localização, ocupação, possíveis invasões, finalidade, estado de conservação e a legalidade junto aos estabelecimentos cartoriais, bem como correções de demarcações nas terras referentes às bases físicas pertencentes à SFA/RN.

Empós, servidores designados mediante portaria visitaram todas as bases físicas para fazer os referidos levantamentos.

Inicialmente foi feita pesquisa cartorial em cada município, para busca dos imóveis em nome da União, ato contínuo, todos eles foram visitados, sendo executado, para cada imóvel, o levantamento com Ficha de Dados, Relatório Fotográfico, Levantamento Planimétrico, Levantamento Cartográfico Georeferenciado, Carta Imagem, Plantas e Corte das construções existentes.

Com base nos preços de mercado foi efetuada a reavaliação dos imóveis e, após autorização da autoridade competente, foi feita atualização no SPIUnet.

Não houve, no Exercício de 2013, qualquer cessão para terceiros de imóveis pertencentes à SFA/RN

### 6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

**Quadro A.6.2.1 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	RN	07	07
	APODI	01	01
	LAJES	01	01
	NATAL	03	03
	SANTA CRUZ	01	01
	SÃO JOSÉ DE MIPIBU	01	01
	RN	07	07
	UF “n”	Σ	Σ
	município 1		
	município 2		
município “n”			
<b>Subtotal Brasil</b>		Σ	Σ
EXTERIOR	PAÍS 1	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade “n”		
	PAÍS “n”	Σ	Σ
	cidade 1		
	cidade 2		
cidade “n”			
<b>Subtotal Exterior</b>		Σ	Σ
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		07	07

Fonte: SMP/SAG/SAD/SFA/RN - SPIUNET

**6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional**

**QUADRO A.6.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL**

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
13023	1619000155009	16	4	NÃO REGISTRADO	10/04/2013	254.441,60		
13023	1733000115009	16	4	NÃO REGISTRADO	09/04/2013	518.665,84		
13023	1761004445009	21	3	NÃO REGISTRADO	14/04/2013	100.775,00		
13023	1761004455004	21	6	NÃO REGISTRADO	14/04/2013	11.981.285,00		
13023	1823000335008	21	3	NÃO REGISTRADO	14/04/2013	1.725.861,00		
13023	1761004475005	16	6	NÃO REGISTRADO	04/09/2013	3.001.099,50		
13023	1841000065009	16	3	NÃO REGISTRADO	26/09/2013	2.322.716,00		
<b>Total</b>						<b>R\$ 15.177.883,44</b>		
<b>Fonte: SPIUNET-SMP/SAG/SAD/SFA/RN</b>								

**6.2.3 Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob Responsabilidade da UJ**

Esta SFA-RN não detém Imóveis Funcionais sob sua responsabilidade.

## 7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

## 7.1 Gestão da tecnologia da informação (TI)

## Quadro A.7.1 – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprova e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprova e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprova e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprova e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprova e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprova e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para <b>auxiliá-la nas decisões</b> relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:</b>	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2013.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2013, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2013, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
X	Outra(s). Qual(is)? Auditoria realizada no “Servidor de Impressão” para verificar todas as impressões realizadas na SFA-RN, de maneira quantitativa com objetivo de evitar desperdício de folhas e tinta, bem como conscientizar os usuários do uso apenas institucional desse recurso.
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:</b>	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.

X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
X	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
X	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
<p>Todos os quesitos acima cabem a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI responder, uma vez que a área de TI da SFA-RN, representada pela Seção de Apoio Operacional e Divulgação - SAOD, está diretamente ligada e subordinada a CGTI, localizada na Sede do Ministério da Agricultura.</p> <p>A respeito da governança corporativa, governança de TI, bem como o desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI pela alta administração (quesitos 1 e 2), existe implementada na CGTI, a área de “Qualidade”, ou seja, uma área consultiva para as demais áreas da CGTI que busca garantir eficiência e a melhoria contínua dos serviços prestados. Essa área promove e dissemina métodos de gestão de projetos (conforme proposto pelo PMI), métodos de desenvolvimento de sistemas (Unified Process), método de gestão do ciclo de vida de sistemas (CMMI, MPS.BR), gestão de serviços em TI (ITIL), método de gestão estratégica de TI (Cobit), norma de gestão de segurança da informação (ISO 27.000), entre diversos outros métodos e normas aplicáveis.</p> <p>Em 2013 não foi publicado o PDTI, mas existem duas publicações disponíveis na intranet, o primeiro de 2008-2010 e o segundo de 2011-2012.</p> <p><a href="http://agronet.agricultura.gov.br/portal/page/portal/agronet/secretarias/se/cgti">http://agronet.agricultura.gov.br/portal/page/portal/agronet/secretarias/se/cgti</a></p>	

Fonte: ATI/SAOD/SFA-RN – CGTI/MAPA

### 7.1.1 Análise Crítica

O planejamento na Área de Tecnologia da Informação - ATI da SFA-RN ocorre conjuntamente com a Coordenação Geral da Tecnologia da Informação – CGTI, localizada na Sede do Ministério da Agricultura, portanto, com exceção do quesito 3 (três), todos os demais quesitos do quadro A.7.1 cabem a CGTI responder.

A SFA-RN possui atualmente uma rede lógica, com fio categoria 6 e uma rede sem fio corporativa que facilita a mobilidade de equipamentos dentro da SFA/RN. **Existe uma grande necessidade de aquisição de novas estações de trabalho e notebooks, uma vez que todos estão fora de garantia e muitos já não funcionam. A Superintendência encontra-se em estado crítico com relação à falta destes equipamentos essenciais para continuidade dos serviços, em sua maioria eletrônicos.**

São realizadas pela área de TI diversas ações estratégicas, como por exemplo, manutenções preventivas em computadores e notebooks, gerenciamento do servidor de arquivos, impressão e controlador de domínio.

Com relação à infraestrutura, existe um equipamento de videoconferência que viabiliza reuniões e apresentações virtuais com a Sede do MAPA e com outras superintendências. A SFA-RN conta também com 5 impressoras multifuncionais coloridas da marca Samsung (das quais duas se encontram nas UVAGROS) e 3 impressoras multifuncionais monocromáticas da marca HP.

## 8. GESTÃO DO USO DE RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

#### Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <i>Esta Superintendência aplica rigorosamente o Guia de Licitações Sustentáveis da AGU – 3 ed. ao elaborar Termos de Referência, Atas de Registro de Preços, Contratos, Editais e seus anexos, bem como observa a legislação ambiental e as normas técnicas do INMETRO e ABNT. A SFA/RN possui Comissão Gestora dos Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS em obediência à IN nº 10/2012 SLTI/MPOG, que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746.</i>				x	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				x	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				x	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <i>Na Licitação para aquisição de combustíveis foi solicitada licença ambiental.</i>				x	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <i>Foram adquiridos aparelhos de ar condicionados tipo split com baixo consumo de energia elétrica para substituir antigos aparelhos tipo janela, lâmpadas de menor consumo, torneiras automáticas, bem como substituição de reparos de descargas para minorar o consumo, contudo tais aquisições foram feitas em dezembro de 2013, não sendo possível quantificar as reduções alcançadas.</i>					x
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? - <i>Ata de Registro de Preços foi formalizada em dezembro de 2012, com a aquisição de Papel reciclado efetivamente feita em 2013.</i> - <i>Ata de Registro de Preço para aquisição de Toners cuja composição das embalagens é de material reciclável.</i>				x	
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		x			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		x			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o		x			

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
plano de gestão de logística sustentável da unidade.					
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					x
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				x	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
<p>Considerações Gerais:</p> <p><i>Item 9: O Plano de Gestão de Logística Sustentável está em processo de elaboração pela Comissão Gestora dos Planos de Gestão de Logística Sustentável;</i></p> <p><i>Item 12: A Comissão de Coleta Seletiva fez a aquisição parcial dos bens necessários à Coleta, restando apenas a complementação desta compra e o procedimento de contratação da Cooperativa de Reciclagem para implemento total do programa.</i></p> <p>Fontes: Comissão Gestora dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, SCC/SAD/SFA-RN e SAD/SFA-RN</p>					
<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Níveis de Avaliação:</b></p> <p>(1) <b>Totalmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) <b>Parcialmente inválida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) <b>Neutra:</b> Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) <b>Parcialmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) <b>Totalmente válida:</b> Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

Fonte: SAD/SFA/RN

## 8.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

### Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão	Resultados				
Esplanada Sustentável	2013	Comparando os anos de 2012 e 2013: - Redução de 44,46% no quantitativo consumido de papel; - Diminuição de 26,41% no número de metros cúbicos de água consumidos; - Declínio de 7,25% no valor pago em Energia elétrica.				
Recurso Consumido	Quantidade		Valor			
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	326	587	411	4.058,70	5.247,78	3.674,34
Água	1.535,00	2.086,00	3.426,00	31.617,84	32.428,51	47.996,05
Energia Elétrica	238.089,16	236.835,84	217.755,04	118.015,97	127.235,20	125.695,55
			<b>Total</b>	155.705,51	166.923,49	177.365,94

Fonte: SMP/SAG/SAD/SFA-RN, SCC/SAD/SFA-RN e SEOF/SAD/SFA-RN

### Política adotada para estimular o uso racional de papel, energia elétrica e água

Para diminuição do uso de papel implantou-se um controle de todas as impressões através de um servidor de impressão que emitia listagem vinculando o login do servidor ao documento impresso, com posterior exame dos dados através de um sistema, permitindo avaliar os setores e servidores

que colaboravam com o desperdício. Os dados coletados eram repassados às chefias que passaram a possuir dados objetivos para melhor controle dos impressos, favorecendo a redução do desperdício.

Quanto à água, racionalizou-se o uso na lavagem de veículos oficiais, foram realizados a localização e conserto de pequenos vazamentos, bem como a regulagem das descargas, propiciando a redução no consumo deste recurso natural. Em dezembro de 2013 foram adquiridas torneiras automáticas, mas estas somente foram instaladas na primeira semana de janeiro de 2014, de modo que não houve impacto no exercício sob análise.

Para melhorar os níveis de consumo de energia, racionamos o uso de condicionadores de ar, com a implementação do desligamento compulsório destes no período de 12:00 às 14:00 e após as 17:00. Efetuamos a substituição de dezesseis aparelhos do tipo janela por aparelhos SPLITS, mais econômicos que os antigos.

Todas as medidas implementadas permitiram os resultados a seguir elencados, mas não se encerraram em si, haja vista a administração estar constantemente envidando esforços no intuito de, na medida do possível, minorar os valores referentes ao consumo destes e de outros itens de consumo contínuo.

## 9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

## 9.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do TCU

## 9.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

## Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					2808
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 041.572/2012-2	2650	1.7	DE	Ofício 0409/2013-TCU/SECEX-RN, de 10/05/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU/RN					9849
Descrição da Deliberação					
<p>1.7.1. sobre as providências adotadas pela SFA-RN para regularização da ressalva contida na Declaração do Contador, referente às demonstrações contábeis de 2011, no tocante à conta 11216.04.00 - Limite de Saque - valores recebidos GRU;</p> <p>1.7.2. acerca da situação da execução das metas relativas às ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais e de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos; Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais; e Erradicação da Febre Aftosa de responsabilidade do Governo do Estado do Rio Grande do Norte e realizadas pelo Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Rio Grande do Norte - IDIARN;</p> <p>1.7.3. sobre a situação dos imóveis da SFA-RN, tanto em relação à atualização dos dados dos imóveis no SPIUnet, como em relação a sua avaliação para fins cadastrais e contábeis, essa última conforme Orientação Normativa GEADE-004/2003 e Manual do SIAFI (macro função "020330"); e</p> <p>1.7.4. sobre o cumprimento das metas relativas ao Programa 0375 - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários - Área Vegetal.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF					83491
Síntese da Providência Adotada					
1.7.1 A SEOF/RN informou que a regularização referente às demonstrações contábeis de 2011 foi feita através dos seguintes documentos 2013NS000013 e 2013DT000002, de 03/01/2013 (Memorando nº 001/2013-SEOF/SAD/SFA-RN, de 30/08/2013)					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal - SIFISA					117526
Síntese da Providência Adotada					
1.7.2 Conforme Informação Técnica da Chefe do Serviço de Saúde, Inspeção e Fiscalização Animal – SIFISA/DDA/SFA/RN, Ana Cristina de Souza Duarte, em 2012 não houve celebração de convênio com o IDIARN para a execução das metas relativas às ações de Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais e Erradicação da Febre Aftosa, nos Planos Internos Específicos. Neste ano de 2013 a celebração de convênio foi definida pela Secretaria de Defesa Agropecuária – DAS/MAPA para o desenvolvimento e a implementação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE					2808
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	TC 041.572/2012-2	2650	1.7	DE	Ofício 0409/2013-TCU/SECEX-RN, de 10/05/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO – CGU/RN					9849
Descrição da Deliberação					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Seção de Material e Patrimônio – SMP					79082
Síntese da Providência Adotada					
1.7.3 Foi encaminhado à CGU-Regional RN o Ofício nº 1258/2013/GAB/SAOD/SFA-RN/MAPA, datado de 04/09/2013, que informa as providências adotadas por esta SFA/RN relacionadas ao item (Memo Nº 0016/2013-SMP/SFA/RN, de 30/08/2013): a) foi encaminhada planilha atualizada do inventário anual de bens imóveis de responsabilidade da SFA/RN; b) foram realizados trabalhos de campo no interior do estado para visita periódica aos imóveis; c) foi feita reavaliação dos imóveis com lançamentos no SPIUnet; d) foram atualizados os cadastros e lançados no SPIUnet os imóveis com avaliação da utilização vencida.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Serviço de Sanidade, Inspeção e Fiscalização Vegetal					117527
Síntese da Providência Adotada					
1.7.4 O Chefe do Serviço de Sanidade, Inspeção e Sanidade Vegetal (SIFISV) da Divisão de Defesa Agropecuária da SFA/RN, Fiscal Federal Agropecuário e Engenheiro Agrônomo Roberto Carlos Razera Papa, informou que as metas previstas para o ano de 2012 foram atingidas com muitas dificuldades. A seca que atingiu o Rio Grande do Norte foi um fator real para que os insumos agrícolas fossem encontrados em quantidade menor ou nula. (Ofício 1298/2013-GAB/SFA-RN/MAPA, de 23/09/2013, encaminhado à Coordenadora da Equipe de Auditoria da CGU-Regional RN).					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

### 9.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício (Não se aplica)

## 9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

### 9.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

## Quadro A.9.2.1 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			2808
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria nº 201203383		NOTA TÉCNICA Nº 24.876 – Ofício nº 6287/2013/CGU-R/RN/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			2808
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 019 - Nº Recomendação: 001</b> Recomendamos ao Superintendente rever o fluxo interno das competências de cada departamento, fazendo com que haja uma melhor interação entre eles no intuito de não comprometer a execução física das ações sob responsabilidade da UJ ao longo do exercício.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo - SAD			72372
Síntese da Providência Adotada			
Foram encaminhadas à CGU-Regional RN cópias das Portarias de lotação na Divisão de Produção, Política e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG/SFA/RN do servidor José Majuli Bezerra (Fiscal Federal Agropecuário) e da empregada Maria de Fátima Braga Nubile (Assistente Administrativa cedida com ônus pela Conab/MAPA).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foi sanada a pendência de envio dos referidos documentos comprobatórios e a conclusão da CGU-Regional RN pela Secretaria Federal de Controle foi: Recomendação Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 033 - Nº Recomendação: 001</b> Designar servidor responsável pela atualização de informações no SPIU.net.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo – SAD			72372
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhada à CGU-Regional RN a cópia da Portaria de lotação do servidor Pedro Américo de Oliveira como Chefe do Setor de Material e Patrimônio (SMP) desta SFA/RN.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Suprida a ausência de cópia do documento da primeira manifestação, a posição da CGU-Regional RN pela Secretaria Federal de Controle foi: Recomendação Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 003 - Nº Recomendação: 001</b> Oriente seus servidores portadores de cartão corporativo sobre a legislação aplicada à matéria.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo - SAD			72372
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhada à CGU-Regional RN cópia do Memo Circular nº 010/2012/SAD/SFA/RN/MAPA, com a informação de que fora encaminhado internamente aos servidores com um CD contendo o Manual de Suprimento de Fundos e de Cartão Corporativo, elaborado pela CGU/PR. Também informa aos Chefes de Divisões, Serviços e Seções sobre o uso correto do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CGPF), solicitando que repassem as informações aos seus servidores subordinados.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			2808
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria nº 201203383		NOTA TÉCNICA Nº 24.876 – Ofício nº 6287/2013/CGU-R/RN/CGU-PR
Síntese dos Resultados Obtidos			
Sanada a pendência relativa à comprovação do envio do Memorando Circular de orientação aos setores da SFA/RN, a posição à CGU-Regional RN pela Secretaria Federal de Controle foi: Recomendação Atendida			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO</b> Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 003 - Nº Recomendação: 002 Agilizar o atendimento das demandas da consultoria jurídica no processo licitatório com vistas a ultimar as aquisições de material de expediente e informática no âmbito da SFA/RN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Serviço de Apoio Administrativo - SAD			72372
Síntese da Providência Adotada			
Foi encaminhada à CGU-Regional RN cópia do Acordo de Cooperação nº 08/2012, de 09/11/2012, firmado entre a CJU/RN e a SFA/RN, para implementação, consolidação e execução do Projeto Contratação Eficiente, que tem como finalidade contribuir para melhoria da agilidade no trâmite junto à CJU/RN.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A CGU-Regional RN considerou que “a assinatura do Termo de Cooperação e a consequente aproximação entre a SFA/RN e a CJU/RN configura-se em um importante instrumento para agilizar o trâmite de processos de contratação, concluindo pela posição da Secretaria Federal de Controle de: Recomendação Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO</b> – Nº OS: 201203383 – Nº Constatação: 006 – Recomendação: 001 Providencie as notas fiscais correspondentes às aquisições e, caso não seja possível, proceda de imediato o ressarcimento da despesa não comprovada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF			83491
Síntese da Providência Adotada			
A Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF) informou que o servidor ressarciu a União a despesa não comprovada, conforme comprovante encaminhado à CGU-Regional RN.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

## 9.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

## Quadro A.9.2.2 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			2808
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Relatório de Auditoria Nº 201203383 (Solicitações de Auditoria nºs 201313678/001, 201313678/002 e 201313678/003)		NOTA TÉCNICA Nº 24.876 – Ofício nº 6287/2013/CGU-R/RN/CGU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE			2808
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 015 - Nº Recomendação: 001</b>			
Recomenda-se à SFA/RN que efetue sistematicamente o registro e a disponibilização ao Controle Interno dos atos de admissão e de concessão de aposentadoria e pensão, por meio do sistema SISACNet, no prazo máximo de 60 dias, consoante disposto no art. 7º da IN/TCU 55/2007.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Gestão de Pessoas – SGP			83487
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foram encaminhadas à CGU-Regional RN cópias dos registros já efetuados no SISAC, resultado das inclusões feitas pela Seção de Gestão de Pessoas (SGP) da SFA/RN.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 009 - Nº Recomendação: 001</b> Estabeleça rotinas de elaboração e revisão do Relatório de Gestão de modo que o levantamento e inserção de dados no relatório reflitam a realidade da UJ, especialmente em relação aos itens de Desempenho Orçamentário e Financeiro e Situação de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Planejamento e Acompanhamento – SePA			83488
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foi elaborado o Relatório de Gestão do exercício de 2012, seguindo as orientações recebidas pela CGU-Regional RN, conforme consta em memória da reunião realizada em 14/02/2013. O referido Relatório de Gestão foi encaminhado ao TCU, com cópia para CGU, Assessoria Especial de Controle Interno (AECI/GM) e Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O Relatório de Gestão exercício 2013 será concluído e encaminhado aos órgãos de controle em 31/03/2014.			
Quanto à inserção de dados relacionados aos itens de Desempenho Orçamentário e Financeiro e situação de Restos a Pagar de exercícios anteriores, a Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEOF) SFA/RN informa que mereceram atenção especial na elaboração do Relatório de Gestão 2012, incluindo consulta prévia à CGU-Regional RN.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Descrição da Recomendação			
<b>RECOMENDAÇÃO Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 033 - Nº Recomendação: 002</b> Proceder à avaliação periódica dos imóveis para fins cadastrais e contábeis, conforme Orientação Normativa GEADE-004/2003; e segundo o manual do SIAFI (Macrofunção "020330").			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Setor de Material e Patrimônio - SMP			79082

<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Foi encaminhado à CGU-Regional RN o Ofício nº 1258/2013/GAB/SAOD/SFA-RN/MAPA, datado de 04/09/2013, que informa as providências adotadas por esta SFA/RN relacionadas ao item (Memo Nº 0016/2013-SMP/SFA/RN, de 30/08/2013): a) foi encaminhada planilha atualizada do inventário anual de bens imóveis de responsabilidade da SFA/RN; b) foram realizados trabalhos de campo no interior do estado para visita periódica aos imóveis; c) foi feita reavaliação dos imóveis com lançamentos no SPIUnet; d) foram atualizados os cadastros e lançados no SPIUnet os imóveis com avaliação da utilização vencida.	
<b>Descrição da Recomendação</b>	
<b>RECOMENDAÇÃO Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 016 - Nº Recomendação: 001</b> Recomenda-se à Unidade a adoção de medidas destinadas a controlar a entrega tempestiva das declarações de bens e rendas dos servidores obrigados pela Lei 8.730/93.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Seção de Gestão de Pessoas – SGP	83487
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
A Seção de Gestão de Pessoas – SGP desta SFA/RN informou que está fazendo o controle na entrega da DBR ou Autorização de Acesso, e que foi verificado que todos os servidores que ocupam cargos de chefia encontram-se com a sua situação regularizada.	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	
Foi encaminhada à CGU-Regional RN cópia da relação dos servidores que ocupam funções gratificadas e cargos em comissão e entregaram suas declarações de Bens e Rendas relativas <b>ao exercício de 2013, ano base 2012.</b>	
<b>Descrição da Recomendação</b>	
<b>RECOMENDAÇÃO Nº OS: 201203383 - Nº Constatação: 045 - Nº Recomendação: 001</b> Recomendamos que o gestor, em caso de reconhecimento de dívidas, indique no empenho a modalidade de licitação que deu origem à contratação.	
<b>Providências Adotadas</b>	
<b>Setor Responsável pela Implementação</b>	<b>Código SIORG</b>
Seção de Execução Orçamentária e Financeira – SEOF	83491
<b>Justificativa para o seu não Cumprimento</b>	
Estão sendo feitos os ajustes nos processos em andamento, para que sejam empenhados na modalidade correta, conforme recomendação da auditoria da CGU-Regional RN. A CGU-Regional RN considerou que “a implementação da recomendação se encontra no prazo concedido e as verificações adicionais necessárias serão realizadas após o encerramento do mesmo.”	
<b>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</b>	

### 9.3 Informações sobre a atuação da Auditoria Interna

Este item, apesar de se aplicarem à natureza da unidade, não houve demanda do conteúdo a ser declarado no exercício de 2013.

## 9.4 Declaração de bens e rendas estabelecida na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993

### 9.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

#### Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
<b>Autoridades</b> (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	<b>0</b>
	Entregaram a DBR	0	0	<b>0</b>
	Não cumpriram a obrigação	0	0	<b>0</b>
<b>Cargos Efetivos</b>	Obrigados a entregar a DBR	9	7	<b>68</b>
	Entregaram a DBR	9	7	<b>58</b>
	Não cumpriram a obrigação	0	0	<b>10</b>
<b>Funções Comissionadas</b> (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	9	7	18
	Entregaram a DBR	9	7	17
	Não cumpriram a obrigação	0	0	1

Fonte: SGP/SAD/SFA/RN

### 9.4.2 Situação do cumprimento das obrigações

Após a tomada de contas realizada pela Controladoria Geral da União, referente ao exercício de 2011 (relatório 201203383), essa unidade pagadora adotou medidas no sentido de intensificar o controle da entrega das declarações de bens e rendas: como envio de comunicação aos setores e planilha eletrônica para controle das respectivas entregas.

Tanto que, em relação aos ocupantes de função de confiança, o índice de entrega foi de 100% e entre os demais servidores acima de 80%. Ressalto ainda que serão adotadas medidas por esta unidade pagadora visando regularizar a situação dos demais servidores. É importante salientar que a maioria dos servidores optou pela autorização de acesso.

A Seção de Gestão de Pessoas (SGP) é a unidade interna da SFA/RN responsável pela gerência da recepção das DBR. Ainda não se dispõe de um sistema informatizado para esse gerenciamento, utilizando-se da autorização do servidor em papel para o acesso de suas informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil.

### 9.5 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

Por não haver ocorrido casos de danos ao erário, não foi tomada nenhuma medida interna administrativa, por parte desta SFA-RN, no exercício 2013.

### 9.6 Alimentação ao SIASG e SICONV

**Quadro A.9.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV (Anexos III e IV)**

## 10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

### 10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão

Três são os canais de acesso do cidadão ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa e, indiretamente à SFA/RN, para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc.: Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – E-SIC, a Ouvidoria e a Carta de Serviços ao Cidadão.

#### *Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão– e-SIC*

A Lei de Acesso a Informação nº 12.527/2011 estabelece que órgãos e entidades públicas devem divulgar, independentemente de solicitação, informações de interesse geral ou coletivo, salvo aquelas cuja confidencialidade esteja prevista no texto legal.

Em cumprimento à Lei, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa disponibiliza na internet as informações classificadas como Transparência Ativa. As que não estão disponíveis na internet são classificadas como Transparência Passiva porque dependem de solicitação. Neste caso, o cidadão poderá utilizar o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão – e-SIC pelo link <http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/site/index.html>

#### *Ouvidoria*

No exercício de 2013 foram atendidas e finalizadas por esta SFA/RN 5 (cinco) demandas encaminhadas pela Ouvidoria do MAPA.

#### **Área : Superintendência SFA/RN**

Item	Demanda	Assunto	Data	Responsável	Status	Tipo Atendimento	Dias
1	62890	Estabelecimento Registrado	31/05/2013	Liciane Monteiro Moreira	Finalizada	DENUNCIAR EMPRESA	0
2	62882	Estabelecimento Registrado	31/05/2013	Liciane Monteiro Moreira	Finalizada	DENUNCIAR EMPRESA	24
3	66457	Convênio	19/09/2013	Liciane Monteiro Moreira	Finalizada	RECLAMAÇÃO	87
4	65657	Pescados	29/08/2013	Liciane Monteiro Moreira	Finalizada	DENÚNCIA	103
5	61361	Cursos	24/04/2013	Roney Rodrigues Sousa	Finalizada	SUGESTÃO	0

Fonte: Ouvidoria do Mapa

#### *Carta de Serviços ao Cidadão*

A Carta de Serviços ao Cidadão é um outro instrumento de relacionamento com a sociedade existente no MAPA e criada em 2013. Ela tem por objetivo “informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.”

É uma ferramenta de gestão que integra o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – Gespública do governo federal. As ações do Gespública implicam em um processo de transformação sustentada em princípios de participação, comprometimento e transparência, promovendo a qualidade do atendimento ao cidadão.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de sua Carta de Serviços ao Cidadão, ratifica o compromisso de aperfeiçoar a gestão de seus serviços e garantir um atendimento de qualidade e mais acessível ao cidadão.

Para conhecer mais sobre a atuação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento o acesso é pelo link <http://www.agricultura.gov.br/carta-de-servico-ao-cidadao>

## **10.2 Mecanismo para medir a satisfação do cidadão**

### ***Ouvidoria***

*Contatos para registros de reclamação, sugestão ou denúncia*

São os seguintes os procedimentos para os registros de reclamação, sugestão ou denúncia à Ouvidoria do MAPA:

- a) telefone não gratuito: **(61) 3218-2089**, para contato ou marcar audiência;
- b) telefone gratuito: **0800 704 1995**;
- c) carta ou pessoalmente: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA - Esplanada dos Ministérios, Edifício Sede, Bloco D, 2º Andar, Sala 202 CEP 70043-900 – Brasília – Distrito Federal.

Em qualquer dos atendimentos previstos no item acima, o atendente da Ouvidoria:

- a) acolherá a solicitação do demandante;
- b) inserirá a demanda no Sistema da Ouvidoria para tratamento por um interlocutor junto à área responsável, a nível Federal ou de Estado (SFA's);
- c) fornecerá uma login e uma senha ao demandante para que, por meio do site oficial do MAPA, possa acompanhar as ações tomadas.

O horário de atendimento da Ouvidoria é de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, exceto nos feriados. Para evitar limitação por parte do cidadão, o site oficial do MAPA contém orientações para o acolhimento de demandas.

O demandante dispõe ainda de e-mail da Ouvidoria para registrar a demanda em qualquer horário de sua conveniência, como também de formulário constante do site do MAPA. Os e-mail serão classificados e inseridos no Sistema da Ouvidoria e, nos casos de formulário, a demanda é incluída automaticamente no Sistema de Ouvidoria.

A Ouvidoria do MAPA pode ser acessada pela Central de Relacionamento 0800 704 1995, pelo link na Internet <http://www.agricultura.gov.br/ouvidoria> ou pelos endereços eletrônicos [ouvidoria@agricultura.gov.br](mailto:ouvidoria@agricultura.gov.br) e [sic.mapa@agricultura.gov.br](mailto:sic.mapa@agricultura.gov.br)

## **10.3 Demonstração de Resultados das Pesquisas de Opiniões**

Os resultados das pesquisas de opiniões estão no Relatório da Ouvidoria do Mapa, que pode ser acessado pelo link <http://www.agricultura.gov.br/ouvidoria/relatorios-de-atividades>".

**11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS****11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (Não se aplica)****11.2 Declaração do contador responsável pela Unidade Jurisdicionada****Quadro A.11.2.1 - Declaração Plena - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.**

<b>DECLARAÇÃO DO CONTADOR</b>			
<b>Denominação completa (UJ)</b>			<b>Código da UG</b>
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO SFA/RN			130023
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, relativos ao exercício de 2013, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
<b>Local</b>	<b>Brasília</b>	<b>Data</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Contador Responsável</b>	<b>ALBERTO JERONIMO PEREIRA</b>	<b>CRC nº</b>	<b>006624/T-8</b>

## **12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO**

**12.1 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.**

PARTE B – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

ANEXO I



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAS

00 396 895/0012-88  
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Coordenação Geral de Administração  
de Pessoas  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D  
ANEXO 1º ANDAR ALA A  
CEP 70043-900  
BRASÍLIA - DF

**DECLARAÇÃO**

Declaramos para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas da União, que o servidor, José Calazans dos Santos CPF nº 150.533.771-20, apresentou autorização de acesso do Imposto de Renda, neste Ministério, conforme prevê a Instrução Normativa do TCU 65/2011 de 28/04/2011.

Brasília, 12 de fevereiro de 2014.

  
Carlos Antônio Portugal de Assunção  
Chefe de Divisão de Cadastro - CGAP

Ministério da Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento - MAPA  
  
Confere com o Original  
Data: 12/02/14

ANEXO II



ANEXO III



**MINISTERIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Norte - SFA/RN

**DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG**

Eu, Claesia Nogueira da Costa, CPF nº 433.808.593-20, Chefe do Serviço de Apoio Administrativo, exercido na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Norte, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal (RN), 10 de março de 2014.

A handwritten signature in blue ink that reads 'Claesia Nogueira da Costa'.

**CLAESIA NOGUEIRA DA COSTA**

433.808.593-20

Chefe do Serviço de Apoio Administrativo – SAD  
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e  
Abastecimento no Rio Grande do Norte – SFA-RN/MAPA

ANEXO IV



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO**

Superintendência Federal de Agricultura Pecuária e Abastecimento  
no Estado do Rio Grande do Norte - SFA/RN  
Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário

**DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SICONV**

Eu, Tibério Clemente Rodrigues de Souza, CPF nº 214.961.798-62, Fiscal Federal Agropecuário, chefe da Divisão de Política Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG, exercido na Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Rio Grande do Norte declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal, 17 de Março de 2014.

  
TIBÉRIO CLEMENTE RODRIGUES DE SOUZA  
214.961.798-62  
Chefe da DPDAG/SFA/RN  
Fiscal Federal Agropecuário/SFA/RN